

ATA

N.º 01/2018

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
26 de fevereiro de 2018**

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2018: _____

---Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Paulo Fernando Alves Marques e Jaquelina Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,

António Sérgio Moreira Mano,
Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do deputado municipal João Eduardo Pinto Felgueiras.---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia dezoito de dezembro de 2017 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.-----

Por não ter estado presente nessa sessão, não participou na votação o senhor deputado municipal José Maria Losa Esteves.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, começando por apresentar dois votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos e que se transcrevem:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ALBUFEIRA, E ANTIGO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAQUELE MUNICÍPIO, CARLOS SILVA E SOUSA.

“Tendo falecido recentemente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Silva e Sousa, também ex-Presidente da Assembleia Municipal daquele Município, um grande defensor do Poder local, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 26 de Fevereiro de 2018, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação

seja dado conhecimento à digníssima Família, à Câmara Municipal e à respectiva Assembleia Municipal de Albufeira.-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO P.E DR JAIME MANUEL CEPA, EX-PÁROCO DE S. BARTOLOMEU DO MAR.

“Tendo falecido a 19 de Dezembro de 2017 o P.e Dr. Jaime Manuel Cepa, o ex-Pároco de S. Bartolomeu do Mar, daqui natural, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 26 de Fevereiro de 2018, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que da mesma deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família e ao Reverendo Pároco da Freguesia.”-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

São notórias as preocupações de muitos munícipes deste concelho sobre a questão premente da limpeza da floresta nomeadamente a que se insere no nosso território.

Desde já se esclarece que segundo o Registo Cartográfico produzido recentemente pelo ICNF, o nosso município, felizmente, não possui nenhuma freguesia que se enquadre na 1.ª ou mesmo 2.ª prioridade na fiscalização da gestão combustível. Assim sendo, seguindo a orientação do Portal/Florestas do ICNF, entre 16 de Março e 30 de Abril, serão fiscalizadas os terrenos nas freguesias da primeira prioridade e entre 1 e 31 de Maio, a vigilância incidirá sobre os terrenos nas freguesias de segunda prioridade.

É evidente que não é um assunto recente nem pode ser descurado pois já vem legislado desde, pelo menos 2006, Decreto-Lei n.º 124, substancialmente, direi mesmo, atabalhoadamente, alterado pelo n.º 1 do Art.º 153 da Lei n.º 114 de 29 de Dezembro de 2017, vulgarmente chamada de Lei do Orçamento do Estado 2018.

Todos sabemos que pela lei todos são obrigados, proprietários, arrendatários, usufrutuários, ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos ocupados com floresta e mato, a proceder à limpeza (gestão de combustíveis) dos mesmos, bem como proceder à criação de uma faixa de proteção às edificações. Esta é uma obrigação legal, punida na lei com coima em caso de incumprimento.

Também é verdade que é uma lei pouco eficaz já que em quase nada era cumprida e a sanção punitiva raramente ou nunca era aplicada.

O balanço dos incêndios de 2017, acrescido do drama de centenas de mortos, os relatórios produzidos, carregados de culpas, de acusações de desorganização, de falta de coordenação, de atropelamentos de decisões, tantas vezes contraditórias, em suma, um desnorte total de quem deveria estar no terreno com serenidade e a tomar as medidas que, na altura, eram as exigidas nomeadamente a defesa das pessoas, tudo falhou. O governo, hábil e sorrateiramente, procurou desviar as atenções, criar casos e, sem demora, afiançar que, afinal, a culpa era só de uma floresta desarrumada. Sem demoras, sem diálogo, sem pensar, pega no Decreto-Lei 124 de 2006, dá-lhe a volta e faz dele uma arma de arremesso contra tudo, contra todos e

sobretudo contra as autarquias.

A situação torna-se tão grave que é a própria Associação de Municípios que vem denunciar o governo, nesta matéria, de grande deslealdade.

Os autarcas não aceitam, de ânimo leve, lhes seja atribuída a responsabilidade da limpeza dos terrenos sobre os quais se registre uma infração dos proprietários, questionando mesmo onde é que, nesta matéria, entra a própria responsabilidade do Poder Central.

Porque os senhores governantes, de uma forma autista, não quiseram ouvir os autarcas, nem ninguém, antes de introduzirem aquele articulado na Lei do Orçamento de Estado de 2018, não repararam que se torna inexecutável aquele normativo, quer pelos prazos estabelecidos, quer pela falta de cadastro da propriedade rústica quer mesmo pela falta de recursos para que essa tarefa possa ser executada. É evidente que os autarcas e os municípios, jamais poderão assumir a responsabilidade por uma catástrofe que vier a acontecer nesta área, respondendo pessoal, civil e criminalmente, enquanto os senhores do poder central ficam fora de todo o processo. Muito pior, ainda, é o facto do mesmo governo ter estabelecido "um regime sancionatório para os Municípios que, eventualmente, não consigam cumprir as determinações" sem ter ouvido os autarcas e as suas estruturas associativas. Recordamos que as autarquias que não cumprirem sofrerão um corte de 20% do duodécimo das transferências correspondentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Ainda este fim-de-semana ouvi atentamente o Sr. Ministro da Administração Interna dizer, em alto e bom som, que os senhores autarcas iriam assumir o papel de "madeireiros" ou seja para serem ressarcidos das despesas das limpezas poderiam vender a madeira e que este normativo é para ser cumprido de forma gradual. Senhoras e senhores Deputados, estamos, mais uma vez, no domínio das intenções.

Pergunto desta tribuna da Assembleia Municipal ao Sr. Ministro se, de facto, terá consciência das dificuldades que os autarcas terão em receber dos proprietários as verbas gastas nas limpezas uma vez que não há qualquer mecanismo de compensação quando não for possível esse ressarcimento. E neste caso onde está o apoio do Estado?

Será que leu o texto que a Autoridade Tributária enviou ou está a enviar a todos os cidadãos, proprietários ou não, e o pânico que esta informação está a provocar pela desinformação que contém?

Mais, será que tem consciência que não existe, de facto, um cadastro dos proprietários – trabalho da competência dos órgãos do poder central, nomeadamente Autoridade Tributária e Registos e Notariado – assim, como poderão os senhores Presidentes da Câmara, em menos de três meses obter esses dados?

Será que o Senhor Ministro tem consciência de que as Autarquias têm que cumprir todas as leis ou seja se por um lado tem que dar andamento ao previsto na Lei do Orçamento de Estado 2018, também tem que cumprir a lei dos procedimentos concursais para contratar serviços e que estes são processos que demoram, certamente, mais do que os três meses.

O Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, estes dias, apontou uma solução: - devolver a palavra às autarquias e às populações para dizerem o que querem para as suas manchas florestais e agrícolas, e que tipo de floresta desejam? Para isso há que transpor as normas dos Planos de Ordenamento Florestal para os Planos Directores Municipais e pronto, está feito, claro, mais uma vez, esquecem-se de ouvir os munícipes e os autarcas.

Por fim perguntamos para quando o Senhor Primeiro Ministro, os Senhores Ministros, os Senhores Secretários de Estado vão concertar ideias falar claramente a mesma linguagem e esclarecer a população sobre esta Lei da Limpeza das Florestas, definir conceitos – o que é

uma freguesia, o que é uma aldeia, o que é um aglomerado urbano; que árvores a abater, todas, só as que estão 50 metros ao redor das casas e 100 metros ao redor das aldeias, também as de fruto, as de jardim, também as espécies autóctones, será só necessário proceder à limpeza do mato e dos materiais combustíveis, para as limpezas e queimadas são ou não necessários pareceres, para determinadas áreas, do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), das Associações de Caça e de Pesca, que, como sabemos, são demorados nas respostas, será que o rareamento, pelo menos das árvores de 10 metros entre si, não irá fazer com que cresça mais mato, com que aumente a erosão eólica e a secura, dificultando ainda mais o combate a incêndios.

Para finalizar vou parafrasear um jornalista do jornal "Público" que sobre este assunto disse que "O decreto-lei que o Governo aprovou para reduzir os riscos de incêndio é excessivo, tecnicamente imperfeito, arrogante e vagamente totalitário, cego face à diversidade da floresta nacional, susceptível de gerar pânico desnecessário, capaz de causar danos ao ambiente, precipitado e quase impossível de aplicar".

A preocupação é enorme. Há quem alerte para o facto de haver milhares de árvores em risco de serem abatidas no país, desnecessariamente, e tudo isto pode ser "pior que os incêndios" para a floresta."

Por fim apresentou a moção, que se transcreve:

1 – MOÇÃO PELA SUSPENSÃO DO N.º 1 DO ARTIGO 153 DA LEI 114 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

"O Decreto-Lei n.º 124 de 28 de Junho de 2006 obriga a que todos os proprietários, arrendatários, usufrutuários, ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos ocupados com floresta e mato, procedam à limpeza (gestão de combustíveis) dos mesmos, bem como à criação de uma faixa de proteção às edificações. Esta é uma obrigação legal, punida na lei com coima em caso de incumprimento. Este normativo foi substancialmente alterado pelo n.º 1 do Art.º 153 da Lei n.º 114 de 29 de Dezembro de 2017, vulgarmente chamada de Lei do Orçamento do Estado 2018;

A nível Nacional têm-se gerado movimentos que contestam a forma como foram impostas estas medidas, com falta de diálogo, sobretudo com parceiros importantes como os Autarcas e as suas organizações representativas;

Outros Organismos como Universidades e Investigadores da área das Florestas, Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, várias Associações Florestais devidamente organizadas e implantadas no território têm vindo a público manifestar a sua crítica ao diploma e, também, à falta de diálogo com quem está no terreno e conhece profundamente a floresta portuguesa;

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, através do seu Presidente, já afirmou claramente que "em termos práticos esta lei não é exequível";

A comunicação social tem dado voz a dezenas e dezenas de autarcas que se mostram preocupados com esta matéria, temendo, para além de penalizações financeiras decorrentes deste novo articulado da lei, o terem que, muitas vezes, actuar contrariando outras imposições legais a que estão obrigados;

Solicita-se ao Governo:

I – Suspensa a eficácia do n.º 1 do Art.º 153 da Lei n.º 114 de 29 de Dezembro de 2017;

II – Proceda, em diálogo com outros organismos, nomeadamente ANMP, o mais rápido possível à elaboração de uma nova calendarização das acções a efectuar no âmbito da Floresta e da Prevenção de Incêndios;

III – Aceite contributos de especialistas que melhor definam conceitos e critérios de gestão a aplicar nas faixas secundárias de gestão de combustível;

IIII – Defina, claramente competências nesta matéria, não devendo o poder central excluir-se das responsabilidades que detém, atirando o ónus da mesma, única e exclusivamente para o Poder Local;

IIIII – Clarifique situações duvidosas quanto à legitimidade de algumas acções que os municípios serão obrigados a tomar as quais não têm cobertura legal;

IIIIII – Proceda, num curto prazo, através da Autoridade Tributária e do Registos e Notariado à elaboração do Cadastro Nacional da Propriedade, pois só assim se poderá conhecer quem deve ser notificado e contra quem agir;

IIIIIIII – Seja criado um Programa Especial de Protecção à Floresta e à Prevenção de Incêndios, mobilizando, para isso, as forças militares e militarizadas, autarquias e sociedade civil, através do voluntariado, dotando esse Programa com meios financeiros e que o mesmo venha a ser protocolado com as Autarquias Locais.

*Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, propomos à Assembleia Municipal de Esposende a apreciação e votação da presente **“MOÇÃO DE SUSPENSÃO DO N.º 1 DO ARTIGO 153 DA LEI 114 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017”** e que esta deliberação seja dada a conhecer a Sua Ex.ª o Senhor Ministro da Administração Interna, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à CIM Cávado.”*-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Muito boa noite
Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores membros da Mesa
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Meus colegas Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores;*

Eu já irei ao Dr. Neiva, mas primeiro tenho que fazer a minha intervenção de carácter político e que, é dirigida essencialmente ao Senhor Presidente da Câmara.

Senhor Presidente da Câmara, nós no concelho de Esposende temos um ativo que é o maior e melhor ativo do concelho que é o rio Cávado, o rio Cávado e a barra. Foi por causa do rio Cávado, foi por causa da barra que servia o rio Cávado, a foz do Cávado, que Esposende existe, que o concelho de Esposende existe e que foi elevado a concelho, precisamente. Esse ativo, que é o rio Cávado, que foi ao longo dos anos um meio de comunicação não só pelo interior até Braga pelo menos, mas também para o exterior essencialmente para o mar e que tornou Esposende uma terra de pescadores, de marinheiros, de construção naval ao longo dos séculos.

Nos últimos anos, nas últimas décadas, o rio Cávado e a barra, principalmente fruto das barragens que foram entretanto construídas, perdeu força, foi assoreado, perdeu importância e hoje inclusivamente está completamente fechada, a barra. Todos nós e acho que é consensual, achamos e concluímos que é necessário fazer um arranjo da barra de Esposende. E um arranjo da barra de Esposende, é um arranjo, não é a colocação de sacos de areia, não é uma dragagem, é um arranjo. Não é difícil comparar e arranjar um padrão de comparação, basta ir ao Douro e é fazer aqui a mesma coisa que fizeram no rio Douro precisamente, à escala de Esposende, à escala do rio Cávado que é menor.

Durante muitos anos, criou-se ou tentou-se criar para inviabilizar a obra, a falácia de que não se podia arranjar a barra, porque isso seria o fim das praias a sul do concelho. A sul do concelho não há barra e não existem praias, se lhes tirarmos os esporões da Apúlia e do Ofir, não tem areia, não tem praia, portanto, tudo isso é uma falácia que só serviu para andar a empurrar um assunto e criar uma divisão interna, que nem sequer devia existir, porque do ponto de vista científico está demonstrado que não há barra e não há praia, tirando os esporões, não havia praias.

O rio Cávado, como eu disse é provavelmente o maior ativo de Esposende e há uma vertente que até hoje nunca foi explorada e eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara tivesse em conta, que é a vertente turística, hoje mais do que nunca, basta ver também o que se passa no Douro, os rios são elementos de vocação turística e desenvolvimento turístico.

Claro que não vamos replicar aqui cruzeiros pelo Cávado acima, como existe no Douro, mas temos outras formas de exploração que deve ser feita do ponto de vista turístico no Cávado, tornando navegável, porque é fácil de o fazer, eventualmente até Barcelos, porque até Barcelos é simples.

Há outra questão em que o rio Cávado deve ser tido em conta e o Senhor Presidente da Câmara deve ter isso em conta que é, o rio Cávado e Esposende, por estar situado numa bacia que deve ter a maior pluviosidade do país, é hoje uma reserva estratégica de água Nacional, porventura a maior reserva estratégica Nacional, exclusivamente Nacional, porque o rio Cávado é o único grande rio, com grande caudal exclusivamente Nacional, portanto é um rio que tem um valor estratégico Nacional imenso, enquanto reserva de abastecimento de água.

Essa vertente nunca foi explorada por nós, estupidamente porque nós estamos no fim da linha e somos os maiores prejudicados pela existência das barragens e essa questão, é uma questão que tem que ser valorizada, desde logo e essencialmente pela Câmara de Esposende, também pelas outras Câmaras ribeirinhas do Cávado, mas pela de Esposende particularmente.

Como o Senhor Presidente da Câmara sabe, eu fui recentemente eleito presidente da comissão política do PS, o PSD não me deu os parabéns por isso, mas eu acho que foi por esquecimento, mas neste momento, sendo eu o presidente da comissão política do partido que está no Governo e sendo o Senhor Presidente da Câmara, julgo eu, o presidente da comissão política do maior partido da oposição e que são os dois partidos charneira e que têm estado no poder

desde que o 25 de abril existiu, eu julgo que nos compete a nós enquanto Esposendenses, enquanto representantes no concelho dos maiores partidos Portugueses, trazermos para a agenda política de Esposende e Nacional, a importância do rio Cávado, a importância da valorização do rio Cávado, a realização da barra, quer no distrito, quer no País.

Nós e quando digo nós digo o PS, digo o PSD, digo o CDS, digo a CDU, embora numa percentagem menor porque não terão a mesma força eleitoral, naturalmente, a nível do distrito temos sido sempre incapazes de colocar Esposende no centro da agenda do distrito.

O distrito de Braga sempre esqueceu Esposende, sempre esqueceu as questões do litoral, nunca colocou o litoral na agenda política do distrito, nem na agenda política do País.

Aliás, não deixa de ser curioso que nós não temos figuras de relevo a nível da política Nacional. Não temos nem do concelho, nem do distrito, nem no PSD, nem no PS, nem no CDS, nem na CDU existem figuras Nacionais de relevo do distrito de Braga, já nem digo de Esposende. Mais, nós temos tido mais facilidade a passar pessoas de Esposende diretamente para altos cargos na Administração central e na política Nacional a nível de Lisboa, do que passando por Braga.

Que eu me recorde ao longo do tempo em que existe Governo Civil em Portugal, só tivemos um Governador Civil, que foi o Republicano Dr. Fonseca Lima e foi o único de Esposende que foi Governador Civil. Não me lembro de pessoas, de figuras de relevo na política do distrito de Braga, porque o distrito de Braga nunca ligou nada a Esposende, nunca quis saber de Esposende, nunca colocou Esposende, nem as questões do litoral, nem as questões da barra, nem as questões do rio Cávado na agenda política.

E compete-nos a nós, Câmara de Esposende, Assembleia Municipal de Esposende, políticos de Esposende, olhar pelos interesses da nossa terra e se não formos nós os primeiros a bater o pé, a reclamar, a alertar, a colocar a barra, o rio Cávado no centro da agenda política distrital e Nacional, não esperemos que os outros o façam porque eles não o fazem. Por isso, eu acho que tem que haver aqui uma unanimidade, uma convergência de forças, de todas as forças políticas, a começar pelo maior partido Nacional, ou pelo menos pelo partido que está no Governo e o partido que está na Câmara de Esposende por uma união de esforços, uma convergência de esforços, independentemente das cores políticas para que se faça acontecer em Esposende.

Se não for assim, nós estamos a perder o nosso maior ativo, não estamos a valorizar Esposende como devíamos em termos de desenvolvimento de atividade económica, não estamos a desenvolver o rio, a barra e o concelho com todas as vantagens económicas que daí advém para o desenvolvimento de Esposende.

Estamos à disposição enquanto PS e grupo do partido, como já lhe disse na anterior Assembleia Municipal, para colocarmos os nossos esforços e as nossas vontades ao lado dos interesses de Esposende, da Câmara de Esposende, para o bem de Esposende.

Falando de rio vou passar agora para o rio Neiva, naturalmente que falamos de outro tipo de realidade, mas o rio Neiva pode e deve ser valorizado, principalmente a nível turístico e ambiental.

E agora, eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quando vai comprar os terrenos que faltam para fazer a praia fluvial em Forjães.

São meia dúzia de trocados para uma Câmara com tantos milhões e portanto era uma forma de resolver uma situação que é recorrentemente adiada e que o Senhor Presidente da Câmara certamente não se esquecerá dela porque mora lá, vai lá todos os dias e deve-se lembrar disso.

Outra questão que eu gostava de colocar ao Senhor Presidente da Câmara, e que tem a ver com recursos económicos que já se falou aqui, nomeadamente a falta de recursos económicos para levar a cabo o arranjo da floresta, ou o corte, as podas chamemos-lhe assim, da limpeza das florestas que o Governo fixou. Para Esposende essa questão não se coloca, Esposende não tem falta de dinheiro, a Câmara de Esposende não tem falta de dinheiro para realizar essa tarefa, pode ter falta de meios, pode ter falta de vontade, mas não tem falta de dinheiro.

E falta de meios também não terá do ponto de vista humano, até porque, a Câmara de Esposende tem uma equipa de proteção civil a funcionar e que tem funcionado, ao que eu saiba relativamente bem, tanto é que no último verão, felizmente em Esposende não tivemos nada do que se passou de dantesco em termos de incêndios. Portanto, há aqui uma questão que eu coloco ao Senhor Presidente da Câmara, que é a questão dos gastos, um dia irei falar sobre isso, dos gastos desnecessários, sumptuários, realizados pela Câmara em várias atividades, sejam os famosos concertos, sejam os almoços, sejam as festas, sejam reuniões dispensáveis, que depois no momento certo irei falar disso.

Eu recebo agora as notificações do gabinete de imprensa da Câmara Municipal, e dou-lhe os parabéns, é um gabinete muito, muito eficaz, o gabinete de imprensa da Câmara Municipal, e, em termos de propaganda a Câmara de Esposende não fica a dever nada às melhores, mesmo o vosso boletim que é distribuído mensalmente, é muito apelativo e muito eficaz e portanto, aí é uma área em que a Câmara de Esposende funciona muito bem, que é a área da publicidade e propaganda.

Só mais duas questões; uma, que diz respeito a uma situação que já foi aqui colocada já foi falada por mim é eu disse ao Senhor Presidente da Câmara que se não resolvesse eu na reunião seguinte voltaria a falar no assunto e como não resolveu eu vou voltar a falar no assunto, que é aquela vergonhosa, escandalosa esplanada no Ofir. Aquilo é um atentado à dignidade do município. O Senhor Presidente da Câmara, de um Presidente da Câmara espera-se que mande e que mande bem, mas mande! Porque é como em nossa casa, quando nós não mandamos é uma rebaldaria e cada um faz o que quer. Aquilo é inadmissível, do ponto de vista estético, do ponto de vista da organização do espaço, aquilo é uma afronta ao Direito, é uma afronta à lei e é uma afronta à dignidade da Câmara Municipal.

É verdade, nós podíamos até, eu não estou para isso, pelo menos para já, vou conceder ao Senhor Presidente da Câmara esse benefício da dúvida ainda, porque se não vou ter que participar o assunto ao Ministério Público. O Senhor Presidente até já o devia ter feito, aquilo é ilegal, já o devia ter feito, porque senão, eu digo-lhe desde já, se o Senhor não tirar dali aquilo, eu vou montar uma esplanada do partido socialista no meio do Rodrigues Sampaio e depois quero que o Senhor ma vá lá tirar. A que propósito é que um indivíduo qualquer vai a uma praça pública do município e instala lá um comércio? Eu só gostava de saber para que é que existe a ASAE? O Senhor Presidente da Câmara já perguntou à ASAE se foi fiscalizar aquele estabelecimento? Onde é que aquilo tem esgotos? Onde é que aquilo tem rede pública de água para abastecer aquilo? A Câmara Municipal deu-lhe água? Deu-lhe esgotos? Ou a Esposende Ambiente? Como é que o Senhor permite uma coisa daquelas? Como é que o Senhor ainda não questionou a EDP a que propósito é que fornece energia a um estabelecimento daqueles?

Ainda no sábado à noite fui lá para ver aquilo, porque até me recusava a pensar que ainda existisse, como é possível a Câmara ter aquilo quase há um ano na maior completa ilegalidade? Ó Senhor Presidente da Câmara, espera-se que um Presidente da Câmara aja como tal e exerça a autoridade, porque se não exercer autoridade isto torna-se uma

rebaldaria e perde autoridade moral para exigir dos outros, porque depois vão logo dizer que há parcialidade para não dizer coisas piores.

Só para terminar, para o Sr. Dr. Neiva, a questão da limpeza imposta às autarquias, da limpeza das florestas, é uma questão que é óbvio que não é fácil, porque não é fácil remendar um assunto que tem dezenas de anos e toda a gente tem culpa e todas as Câmara têm culpa, porque os PDM's existem há mais de 25 anos, as Câmaras têm delimitadas as zonas florestais e nunca ligaram nenhum e portanto, é importante que se diga que, o que o Governo está a fazer agora, é uma situação de emergência para não acontecerem coisas como aconteceram o ano passado e o Sr. Dr. que falou aqui do tal jornalista e que leu a primeira parte do que ele escreveu, que é o Manuel Carvalho e laranja mais laranja não há, nem o Dr. Neiva, o Sr. Dr. esqueceu-se de ler a parte restante do que ele diz, essa parte vou ler-lhe eu: "é por isso que, por muito que critiquemos a lei, por muito que admitamos que é impossível limpar milhares de hectares de árvores e matos em torno das aldeias instaladas ao longo de milhares de quilómetros das estradas do interior, ainda que saibamos que vai haver cortes errados, especulação dos empreiteiros, omissão, queixume e protesto, a lei em causa tem uma enorme virtude, ela expressa um apelo dramático para que se faça tudo o que houver e puder ser feito, para proteger a floresta, nenhum proprietário pode ser desresponsabilizado. Nenhuma autarquia pode cruzar os braços e largar lamúrias, (foi o que o Sr. Dr. fez com a sua moção) é nestes momentos que se vê a fibra de um País".

E é nestes momentos que se vê a fibra de um País, não é nós dizermos que à partida somos incapazes de cumprir a lei, que nos demitimos de fazer um esforço para que ela seja cumprida. Porque cumprir a lei, não é nenhum capricho do ministro, nem é um capricho do Governo, é uma necessidade urgente para não acontecer o que aconteceu o ano passado, e é por isso que todos devemos participar. Eu depois noutra intervenção continuarei, muito obrigado."-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

"Boa noite a todos,

Estamos em terras d'el Rei, el Rei Don Sebastião, "o Desejado" e penso que será pouco dignificante e até bastante retrograda, termos que acreditar ou termos que ter a crença no mito Sebastianista, para que o nosso município seja um município ativo.

Na verdade, desejamos e conseguimos a paragem de autocarros para a comunidade educativa da EBI (Escola Básica Integrada) de Apúlia, mas agora que ela está degradada, não gostaríamos de a ver ainda pior, para termos que a voltar a desejar.

Assim se passa com o parque de estacionamento da mesma escola da EBI de Apúlia, que tanto desejamos e que na realidade já foram feitas obras no mesmo, mas agora ficamos com três entradas, ou três saídas, ou três entradas e saídas não sabemos bem, falta-lhes a sinalética, falta realmente terminar o parque para que o perigo não continue a ser eminente e o caos não continue a ser presente e estamos a falar de uma escola e de comunidade educativa.

Ainda continuamos a desejar a obra que o Senhor Presidente da Câmara na realidade prometeu, diz que já tem tudo preparado para arrancar e fica em Fão, frente à pastelaria do Miguel, como assim dizemos, na EN 13 e acontece que o perigo, o caos também aí é eminente, é constante, sobretudo para a população mais antiga, porque têm mobilidade mais condicionada e na realidade ali a passagem para o centro de saúde é crítica. O que é que esperamos, o que é que falta se já estava tudo pronto.

As minhas perguntas são estas, muito obrigada.-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JPNT, começando por fazer a intervenção política que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhoras e senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e senhores vereadores
Minhas senhoras e meus senhores*

Sempre que abrimos a jornal deparamo-nos com notícias sobre os concelhos vizinhos, nomeadamente sobre novos projectos de desenvolvimento, sobre novos equipamentos geradores de atratividade, sobre a fixação de novas empresas, etc.

Relativamente ao Município de Esposende o que vemos são festas, eventos, subsídios, protocolos e lançamento ou inauguração de pequena obras e/ou de obras de necessidade e importância mais do que discutível.

Terminado que está o mandato do beneficio da dívida e das desculpas, é tempo de ouvirmos da boca do Sr. Presidente da Câmara qual é e em que consiste o seu plano de desenvolvimento para o concelho de Esposende, de forma a que este se torne mais atrativo, mais desenvolvido e mais competitivo.

Neste sentido, gostaríamos que nos respondesse às seguintes questões:

Que políticas e medidas vai implementar para fixar população no concelho e gerar emprego?

Já identificou ou pretende identificar alguma actividade económica na qual o Município deva apostar ou investir de uma forma mais acentuada?

Considera que Esposende deva ser um concelho virado essencialmente para o Turismo?

Afinal qual é a sua posição relativamente à instalação no concelho de novas indústrias?

Continua a ficar satisfeito com a fixação de empresas nos concelhos vizinhos, por entender que constituem oportunidades de emprego para os esposendenses?

A propósito da fixação de empresas, tem conhecimento da ocorrência de uma intensa actividade, nos dois últimos anos, de compra e venda de terrenos na zona para onde está prevista a criação da Parque Empresarial de Forjães/Vila Chã, indiciando uma forte especulação imobiliária, cujas consequências serão aquelas que infelizmente já todos nós conhecemos? Se sim, o que pretende fazer para que a Zona Industrial de Forjães/Vila Chã não se torne em mais um foco de negócios imobiliários de compra e venda de terrenos e pavilhões?

Ainda neste domínio, é referido nos Documentos Previsionais de 2018 que a Câmara Municipal procederá à revisão do PUZIE (Plano de Urbanização da Zona Industrial de Esposende). Acontece que a Câmara Municipal deliberou no dia 5 de Maio de 2016, ou seja, há 22 meses, dar início a esse processo. De acordo com proposta apresentada na altura pelo Sr. Presidente da Câmara a revisão era uma imposição legal, que decorria da necessidade de o compatibilizar com o PDM. Também foi justificada com a necessidade de tornar o plano mais operativo e aumentar a sua eficácia. Pelas razões apontadas na altura, tudo indicava que estávamos perante um processo urgente que deveria correr com celeridade. Passados que estão quase dois anos importa questionar:

Não foi feito nada durante todo este tempo?

Por que razão mantém a Câmara o Plano de Urbanização suspenso durante 2 anos?

Se um dos objectivos é tornar o plano mais eficaz, julgamos nós que na captação e fixação de empresas, é aceitável que se leve tanto tempo a concretizar a revisão?

Termino, e porque queremos de facto perceber qual é a sua política e a sua estratégia para permitir que o concelho consiga pelo menos competir com os concelhos vizinhos, e não estamos a falar em gastos com publicidade e propaganda, renovando a pergunta que lhe fiz na última sessão da Assembleia Municipal e à qual V. Exa. não respondeu:

Para si quais foram os 5 principais projetos estruturantes idealizados, projetados e executados no mandato anterior pela Câmara Municipal, excluindo naturalmente os projetos que foram executados por entidades ou organismos externos (Polis Litoral Norte, Águas do Norte, etc)?”

De seguida apresentou a recomendação que se transcreve:

1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE REVEJA COM CARÁTER DE URGÊNCIA O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA.

“É do conhecimento público, até porque tem sido amplamente divulgado, que a Câmara Municipal irá cooperar com o Ministério da Educação na requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, assumindo a componente nacional do investimento que irá ser realizado.

É naturalmente uma medida que aplaudimos, até porque constitui uma opção igual a outros que foram tomadas no passado, nomeadamente para a requalificação da Escola EB 2,3 António Correia do Oliveira, a construção da Escola EB 2,3 de Marinhas, a construção do Centro Municipal de Segurança e a construção de um conjunto de equipamentos de saúde.

Não é pelo facto de serem intervenções da responsabilidade directa do Estado Central que o Município não deve disponibilizar alguns dos seus recursos, uma vez que estamos a falar de contributos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Não pode é o Município investir nos equipamentos educativos da responsabilidade directa do Ministério da Educação e descurar a construção e/ou manutenção dos equipamentos que são da sua responsabilidade, nomeadamente do Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Fica esta nota.

Mas a questão que aqui queremos levantar prende-se precisamente com o tipo de intervenção que vai ser realizada na Escola Secundária Henrique Medina.

Pelo que sabemos, e como foi confirmado pelo Sr. Presidente da Câmara em reunião de Câmara, o projecto para além de contemplar a ocupação com nova construção de uma área considerável do actual espaço de recreio, permitam-me que lhe chame assim, pouco ou nada prevê em termos de intervenção naquilo que são os mais importantes espaços de qualquer equipamento educativo e cujas condições são determinantes para a qualidade de ensino que se pretende: as salas de aula.

Na verdade, o projecto que vai ser executado não vai resolver os graves problemas que apresentam actualmente as salas de aula, nomeadamente a falta de um sistema de aquecimento.

Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 26 de Fevereiro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal que reveja com carácter de

***urgência o projecto de requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições das salas de aula, mesmo que tal implique um aumento do investimento municipal na intervenção.”-----
“Tenho dito, obrigada.”-----***

Antes de terminarem as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs prorrogar este período, colocando a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmos Senhores membros da Assembleia Municipal,
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal e restantes elementos do executivo municipal,
Minhas senhoras e meus senhores,*

Da reunião da AM de Esposende de 18/12/2017 foi possível tirar algumas conclusões que pretendemos partilhar neste plenário e que passo a expor:

1 – A hora tardia do encerramento:

- Para que conste, a reunião foi encerrada às 03h45 da madrugada, o que constitui uma violência sobre os elementos da AM e o público em geral; talvez só em situações de grande crise institucional se justifique tal aberração;*
- Isto configura um desrespeito pela oposição uma vez que os assuntos em debate mereciam uma maior e melhor reflexão que, a certo ponto, era inexequível;*
- Revela alguns “tiques” do PSD a resvalar para o autoritarismo das maiorias absolutas e a abusar das condições de trabalho dos elementos da AM (que é o esperado nos conceitos neoliberais);*
- Louvar o estoicismo daquela resistente que usou da palavra às 03h30 da madrugada e que, embora parte interessada, resistiu e conseguiu expor o seu caso.*

2 – O assoreamento da barra:

- Agora, porque as soluções da POLIS para a barra da foz do Cávado deram para o torto, o executivo municipal ‘sacode a água do capote’ e afasta-se das decisões tomadas pela referida entidade, mas todos sabemos que a autarquia é um dos elementos que a constituem. No início capitalizou o pretenso êxito e agora faz de conta que nada tem a ver com o assunto. Este tipo de comportamento é o esperado. Assim foi com a destruição constante dos serviços públicos durante os anos 2011-2015 e agora aparecem como os maiores defensores daquilo que tanto se esforçaram por destruir;*
- Esperamos que tenha servido de lição uma vez que a natureza é mais difícil de manipular que o eleitorado; a este bastam umas ‘festinhas’ para se considerarem aquilo que não são.*

3 – Saudação:

- A todos os que também neste concelho contribuíram para que sejam os interessados a emitir*

a sua opinião sobre a agregação das freguesias.

Tenho agora uma pergunta a fazer ao nosso representante no ACES Barcelos / Esposende, deputado municipal Manuel Albino Penteadado Neiva, não sei se posso fazê-la diretamente, não queria cometer nenhuma indelicadeza, são apenas uns considerandos:

1 – Na época do Natal e, como vem sendo hábito, houve um excesso de procura dos serviços de urgência hospitalares, configurando aquilo que o Governo PS e a DGS classificaram como uma epidemia de Gripe;

2 – O Concelho de Esposende, pela política salvadora dos agregamentos, faz parte do ACES Barcelos / Esposende Baixo Cávado III e tem no Hospital de Barcelos a sua principal referência hospitalar;

3 – O Concelho está dotado de cuidados de saúde primários disponibilizados pela USF Esposende Norte, CSP de Esposende e de Belinho – a Norte, e os CSP de Fão e Apúlia – a Sul;

Pretendemos saber:

- Como a referida instituição avalia / avaliou os procedimentos dos cuidados de saúde primários no Concelho, se a resposta foi adequada e satisfatória e que sugestões fez para minorar os impactos destes excessos de procura nas instituições de saúde;

- Como responderam os cuidados diferenciados e os tempos de espera no SU;

- Se o referido ACES pretende implementar medidas preventivas para os períodos de maior sobrecarga populacional do Concelho, como os meses de Verão e a época Natalícia.”-----

De seguida apresentou a recomendação que se transcreve:

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA UMA MAIOR CAUTELA NA AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE TELEMÓVEIS E OUTRAS.

“A OMS não tem conclusões relativas às fontes emissoras de radiofrequência (vulgo antenas de telemóveis e outras) uma vez que são matérias para avaliação a longo prazo, mas aconselha prudência na instalação das ditas antenas, o mais possível afastadas dos agregados populacionais.

Com base nesta advertência, recomendamos à Câmara Municipal uma maior cautela na autorização da sua instalação, ultrapassando certamente a ambição dos donos dos terrenos que a troca de uma renda se expõem a si e aos outros a eventuais riscos de consequências imprevisíveis.”-----

“Tenho dito.”-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Os meus cumprimentos a todos os presentes,
Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmos Senhores Deputados Municipais,
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal
Exmos Senhores Vereadores da Câmara e
Cumprimentar também a Mesa,*

Hoje trazia aqui uma proposta para a constituição de uma Comissão de Ambiente, uma vez que na última Assembleia fiz aqui referência à necessidade da constituição de uma comissão e de um grupo de trabalho, em especial para analisar as questões emergentes que se relacionam com o que se passa na barra e com o que se passa no rio Cávado.

Não obstante isso, e uma vez que hoje será eleita a Comissão Permanente, não vou apresentar essa proposta, porque no fundo, uma vez eleita essa Comissão, nessa sede e nesse local, apresentaremos oportunamente essa proposta, queria apenas deixar no fundo, esse esclarecimento.

Isto posto, queria levantar aqui algumas questões relativas a assuntos que são assuntos gerais e de interesse para o município, desde logo vou falar de Apúlia, mas não só de Apúlia e vou falar de Apúlia, porque vou falar do mercado do peixe e também das frutas e dos legumes.

- 1) É facto público no concelho e fora das suas fronteiras que em Apúlia se encontra peixe fresco e de muita qualidade. O mesmo poderemos dizer das frutas e legumes.*

É porém, com alguma estranheza que o mercado do peixe de Apúlia está votado a um certo [para não dizer completo] abandono.

Um mercado que faz parte da identidade de Apúlia, que é um seu cartaz turístico, e por isso também do concelho, não reúne as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento.

Dentro e fora das “fronteiras” do concelho todos sabem que em Apúlia há bom peixe e muitos ali se deslocam para o comprar e acabam por almoçar e gerar valor acrescentado.

É pois relevante saber, o que pensa o executivo municipal fazer para criar as condições que aquele mercado precisa e merece, modernizando-o, e na linguagem do marketing, vendendo-o além fronteiras do concelho e do país.

Diremos o mesmo no que respeita ao mercado da fruta e dos legumes.

Qual é a perspectiva de futuro Senhor Presidente?

- 2) Por falar em Apúlia, e porque a época balnear e a afluência turística em massa não tarda, qual a estratégia do executivo no que diz respeito à mobilidade urbana e à organização do trânsito e estacionamento, em Apúlia, Fão [especialmente em Ofir] e em Esposende?*

- 3) Por falar em mobilidade urbana e em trânsito, o que tem feito o executivo municipal, que diligências [quando falamos em diligências falamos em acções concretas] tem encetado para melhorar a segurança na Estrada Nacional 13, em especial junto ao cemitério das Marinhas, junto à Cruz Vermelha, junto ao Minipreço das Marinhas, junto à farmácia em Fão e junto aos postos de abastecimento também em Fão?*

Antecipando a resposta que apresentará, nomeadamente, a falta de legitimidade para a intervenção do município por ser assunto da competência da Estradas de Portugal, renovo a questão, o que tem feito a autarquia? Que pressão tem desenvolvido? Qual o nível de interesse no assunto?

Já se ponderou, a título de exemplo, sugerir a iluminação de passadeiras naquela via ou até a colocação de semáforos que sensibilizem os automobilistas a adequar a velocidade, ou até a colocação de lombas?

- 4) *Antecipando a corrida da Primavera que se realizará em Esposende, iniciativa que se louva, tal como a corrida "Marginal à Noite", organizadas conjuntamente com a Run Porto, cuja participação requer inscrição e o pagamento de uma quantia para essa mesma inscrição, questionamos se o executivo já ponderou uma componente social para esses eventos, a exemplo do que acontece já em muitas iniciativas deste género, e que poderá consistir no apoio a instituições locais [de forma alternada], com parte de verba da inscrição que revertesse em favor dessas instituições. A verdade é que, atento o número de participantes, se um euro revertesse para as instituições locais, o apoio seria já relevante.*
- 5) *Qual a estratégia de desenvolvimento de negócios para o concelho? Ontem já era tarde para dar resposta e para materializar esta realidade que tanta falta faz ao concelho. Para quando as actividades no centro de negócios de Esposende? E por falar em centro de negócios, e é com pena que temos de voltar a este assunto, na última assembleia, o Senhor Presidente referiu que estava ou entraria em fase de renegociação da renda do denominado centro de negócios. A renda foi já renegociada? Ou se, pura e simplesmente continuamos a pagar para fazer de conta que temos um centro de negócios? E que dizer da aquisição de terrenos para a instalação de um centro de negócios?*

E eram estas as questões que eu queria colocar, muito obrigada."-----

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, suspendeu os trabalhos, para que as respetivas bancadas discutissem os dois votos de pesar, a moção e as duas recomendações apresentadas.-----

Pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ALBUFEIRA, E ANTIGO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAQUELE MUNICÍPIO, CARLOS SILVA E SOUSA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA, E ANTIGO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAQUELE MUNICÍPIO, CARLOS SILVA E SOUSA.-----

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA, CÂMARA MUNICIPAL E À RESPECTIVA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA.-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO P.E DR JAIME MANUEL CEPA, EX-PÁROCO DE S. BARTOLOMEU DO MAR.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO P.E DR JAIME MANUEL CEPA, EX-PÁROCO DE S. BARTOLOMEU DO MAR.-----

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E AO REVERENDO PÁROCO DA FREGUESIA.-----

1 – MOÇÃO PELA SUSPENSÃO DO N.º 1 DO ARTIGO 153 DA LEI 114 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 17 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, E 7 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PCP, DO CDS-PP E DO SR PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO E DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESES E 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JNPT, DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE VILA CHÃ E DE FORJÃES.-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Eu hoje estou feliz por esta sessão não estar a ser filmada em direto, mas é só hoje. Porque na realidade, deu-se aqui mostras daquilo que é a fragilidade de um balneário.*

Há uma lei que vem desde 2006, tem 12 anos, os proprietários são obrigados a fazer a limpeza dos terrenos, e quem lança a confusão nesses proprietários somos nós, neste caso é esta Assembleia. Portanto, acho que tem que sair daqui uma mensagem muito clara para o exterior, e que esta mensagem fique clara aqui dentro, que é que na realidade as pessoas têm que limpar aquilo que está sujo e aquilo que está a mais. E o que estava a mais viu-se no ano passado, provocou mortes. Portanto, deixemo-nos de fragilidades, que são só fragilidades, espero que sejam só fragilidades, que não sejam questões políticas e na realidade passemos a mensagem para o exterior de que, as matas são para limpar e as pessoas vão ser multadas a partir de 15 de março. Tenho dito.”-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O partido socialista vota contra porque entende que esta moção é um ato politiqueiro de aproveitamento de uma situação que está na comunicação social e está na ordem do dia, para retirar proveitos políticos e até de certo modo irresponsável, porque passa uma imagem de que, as leis podem não ser cumpridas e numa situação que é de extrema gravidade e que esperemos que não venha Esposende a ter problemas como tivemos o ano passado na região centro do País.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra porque as obrigações já não são de agora, pese o facto de estarem desde há bastante tempo em suspenso. Não devem estar suspensas por mais tempo. As consequências do que aconteceu o ano passado são demasiado trágicas, para que, possamos suspender os efeitos e as obrigações desta lei e aquilo que nos incumbe a todos, a cada um de nós que aqui estamos hoje presentes e a todos os cidadãos é, dar cumprimento à lei na salvaguarda de cada um de nós e também de todos aqueles que se cruzam connosco.”*-----

Pelo membro municipal do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque achamos que tem sido muito tempo de impunidade, como o Dr. Tito disse, realmente dois partidos charneira desde o 25 de abril e que neste caso, com o que aconteceu, deram exemplo da sua incapacidade de governar o País nesta área.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque, não obstante concordarmos que se trata de uma lei feita à pressa, entendemos que foi feito um avanço.*

De referir que os prédios rústicos não estão ainda totalmente cadastrados. Os proprietários poderão fazê-lo, gratuitamente, até 2019.

Assim, quanto aos rústicos cadastrados, os proprietários deverão fazer a limpeza. Quanto aos não cadastrados, deve ser a Câmara a fazer essa limpeza, para evitar acontecimentos semelhantes aos do verão passado.”-----

1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE REVEJA COM CARÁTER DE URGÊNCIA O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO JPNT, COM 18 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ, 10 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PCP, DO CDS-PP, JPNT E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES, E 1 ABSTENÇÃO DO SR PRESIDENTE DA JUNTA DE FORJÃES.

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota contra pois estamos perante uma recomendação extemporânea já que as propostas já foram abertas e, por isso, alterar, nesta fase, o projecto não é, de todo recomendável. Mais, todo o projecto foi devidamente acompanhado pela Direcção da Escola que, para esta primeira fase, priorizou a intervenção de acordo com as necessidades urgentes.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a*

favor embora entendamos que a recomendação deve ser extensível a todas as escolas do concelho e não apenas à Henrique Medina. Aproveitando ainda para dizer que não percebemos o voto contra do PSD, depois da declaração de voto que fez devia votar a favor, mas cada um fará as opções de voto que entender.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA UMA MAIOR CAUTELA NA AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ANTENAS DE TELEMÓVEIS E OUTRAS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO PCP, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, 10 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PCP, DO CDS-PP, JPNT E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESES, E 2 ABSTENÇÕES DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.-----

Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O Grupo Político do PSD decidiu votar contra a Recomendação apresentada pela CDU pois é do conhecimento geral que a Câmara Municipal, mormente o seu Presidente, tem tido, sempre, uma acção cautelosa quanto ao licenciamento das antenas de serviços de telecomunicações, sendo disso exemplo o recente chumbo de uma proposta para a instalação de um equipamento na zona central de um lugar de Apúlia”.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Votamos a favor porque achamos que é uma recomendação que faz todo o sentido e se a Câmara Municipal já está atenta, não há razão nenhuma para que se oponha, é uma recomendação, não é um voto de censura, não há razão nenhuma para que não seja votada a favor, portanto penso que faz todo o sentido e deve ter o apoio unânime desta Assembleia.”-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a informação apresentada é totalmente elucidativa, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos a quaisquer dúvidas dos Senhores Deputados Municipais.-----

Pediu esclarecimentos a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“Bem, eu começava já pela questão da barra, já foi aqui bastante falado e eu tenho apenas duas ou três questões para fazer.

No seguimento da reunião que houve há cerca de dois meses, eu perguntava se, houve algum plano de contingência desenvolvido por parte da autarquia? Se houve em que consiste esse

plano? Pergunto também se é verdade que esta questão se deve ao rompimento dos Geotubos, pelo facto da empresa que executou a empreitada ter utilizado material alegadamente falsificado? O que se pergunta é se não houve fiscalização e porque é que não se detetou esta suposta fraude. Pergunta-se também quem é que fiscalizou a obra e se vão ser pedidas também responsabilidades a quem não fiscalizou. E por fim, se os Geotubos fossem os que foram projetados, se a solução preconizada teria resultado. Isto é relativamente à barra.

Depois, quanto ao protocolo da ACICE, mais uma vez. O que verificamos é que pelo terceiro ano consecutivo, a Câmara Municipal atribui no mês de dezembro um subsídio à ACICE no valor de 65.000,00 euros. Para além de ser discutível a legalidade de um acordo de cooperação para financiar a realização de algo que já foi realizado, estamos claramente perante uma atribuição de um subsídio ordinário, anual de apoio à atividade regular desta associação. Pelos valores envolvidos, nós cremos que se cria aqui, uma enorme injustiça relativamente às demais associações, designadamente as organizações representativas de outras atividades económicas como seja pescas e agricultura, já para não falar das associações sociais que não recebem qualquer subsídio pela sua atividade regular.

Perante aquilo que nós entendemos ser um tratamento desigual e de injustiça, perguntamos: o município vai continuar a manter o apoio anual à ACICE? Pode garantir a esta Assembleia Municipal que a celebração dos acordos de cooperação nos últimos três anos cumpriram a lei e tiveram enquadramento legal, tendo em conta que visavam a realização de iniciativas que já tinham sido realizadas, e, se a Câmara pondera também atribuir subsídios ordinários a outras associações designadamente a IPSS?

E agora passo para as ecovias.

A empreitada de construção do troço de Fão-Fonte Boa da Ecovia do Cávado está parada desde março de 2017, ou seja, há cerca de um ano. Segundo informação que circula na praça pública, isto está parado porque alguém se terá esquecido de negociar previamente os terrenos por onde passa a ecovia. Eu pergunto se esta informação que passa na praça pública é ou não verdade. Assim sendo, pergunto também se a Câmara Municipal vai ou não ter de indemnizar o empreiteiro pelo tempo em que a empreitada está suspensa, e, relativamente à construção do troço Fão-Apúlia da Ecovia do Litoral, se os terrenos necessários já estão devidamente salvaguardados, ou se, se vai repetir esta situação que aconteceu em Fonte Boa. Pergunto também, por que razão é que os troços da Ecovia do Litoral nos concelhos de Viana do Castelo e em Caminha, foram executados pela Polis do Litoral e aqui em Esposende são executados pelo município? Outra questão que nos preocupa é que, aquilo que se tem constatado é que as ecovias são construídas com recurso a materiais de rápida degradação e também facilmente sujeitos a atos de vandalismo.

Pergunto se a Câmara Municipal desenvolveu algum estudo sobre os custos de manutenção das ecovias e se existe algum plano de manutenção elaborado.

Quanto à acessibilidade ao Monte do Sr. dos Desamparados, perguntas muito simples: quem executou a empreitada, se foi a Câmara Municipal, ou se foi a Junta de Freguesia? Quando se iniciou e quando terminou esta empreitada? Quem negociou a cedência do terreno para o alargamento da via? Se foi a Câmara Municipal, se foi a anterior Junta, ou se foi a atual.

Agora um pequeno reparo, quanto a este concurso do "Peixe com Todos", do "Março com Sabores do Mar", pergunto por que razão é que as pessoas com mais de 65 anos só poderão ser excecionalmente admitidas a concurso? Não lhe parece que isto é, uma medida discriminatória?

E agora por fim, quanto ao Salão de Motas de Competição:

- Primeiro quero pôr aqui um ponto de ordem, que não pomos em causa o interesse desta iniciativa, é bastante interessante, até do ponto de vista da promoção local, mas, importa aqui, esclarecer a questão relativa à gestão financeira deste evento e ao cumprimento da legalidade neste domínio. Da leitura desta informação escrita do Senhor Presidente, depreende-se que o evento foi promovido por um particular, a título individual, tendo o município suportado grande parte dos custos da organização deste evento, e neste sentido nós questionamos:

É legal o município pagar os custos de um evento promovido por um particular, em que o mesmo cobra bilhete de entrada aos visitantes, retirando daí eventual lucro?

Não deveria esta parceria ser formalmente constituída através de um contrato, ou de um protocolo com a identificação clara das partes e das responsabilidades e dos benefícios que caberiam a cada um, principalmente ao nível do plano financeiro?

Não deveria a Câmara também ter sugerido a participação dos clubes motards do concelho na organização deste evento?

E por fim, olhe Senhor Presidente, eu tenho lá em casa montes de orquídeas, vão-me dando de vez em quando e já tenho um conjunto considerável, eu pergunto, se um dia eu quiser fazer uma exposição das minhas orquídeas, a Câmara está disposta a suportar os custos? “-----

Intervio de seguida o Senhor Deputado Municipal Carlos Vicente tendo colocado as questões que se transcrevem:

“ O assunto que eu queria referir é referente à Loja Social de Esposende. De acordo com um texto publicado num dos últimos números do boletim municipal, elaborado a partir de declarações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, o município prepara-se para transferir a loja social para novas instalações.

Analizamos o programa eleitoral do PSD e os Documentos Previsionais de 2018, nada consta relativamente a esta opção e decisão, o que é estranho porque não se trata de uma medida meramente de gestão, nem de uma necessidade que surja de um momento para o outro. Do programa eleitoral do PSD e sobre a loja social, consta apenas o seguinte: “criar melhores condições para o atendimento dos utilizadores da loja social, nomeadamente através de um melhor acondicionamento e exposição dos produtos”, o que é bem diferente de mudar a loja social de instalações. Neste sentido, gostaríamos de colocar as seguintes questões:

Confirma que a loja social vai ser transferida para outro local?

Se sim, porquê? Para onde e quando? Que destino vai ser dado às atuais instalações?”-----

Intervio de seguida a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota tendo colocado as questões que se transcrevem:

“Querida levantar aqui algumas questões, designadamente quanto aos pontos 25, 28 e 37, mas queria levantar ainda uma outra questão, pese o facto de não constar da informação escrita do Senhor Presidente, considero que a deveria fazer, porque trata-se de um ajuste direto que foi publicado em 22 de fevereiro, portanto a informação é até 20 de fevereiro, mas cujo contrato foi assinado em 31 de janeiro.

Isto posto, dizer que, a informação escrita do Senhor Presidente, é de facto muito interessante, parece que leio uma revista, ou um jornal, este é o primeiro ponto.

Relativamente ao ponto 25, que diz respeito à Estação Radionaval de Apúlia que foi alienada ao município de Esposende, eu aqui registo e registo com agrado que, esta informação

corresponde exatamente aquilo que aconteceu, na demais informação que transpirou para o público a ideia que dá, pelo menos para os cidadãos do concelho de Esposende, é que nós tínhamos comprado tudo, mas não, afinal compramos 35,560 mil metros quadrados e aqui queria deixar este registo, porque me parece pouco correto que se transmita uma informação que não corresponde aquilo que é a realidade;

Quanto ao ponto 28, relativamente ao concurso gastronómico “Peixe com Todos” do “Março com Sabores do Mar”, meramente uma sugestão, Março com Sabores do Mar” e porque não “Março com Sabores do Mar e do Rio”. Penso que no fundo era relevante para a valorização daquilo que é tradicionalmente nosso, daquilo que tradicionalmente nos identifica. Sabemos bem que, mesmo nas terras que não são bafejadas por este litoral como nós somos, há muitas iniciativas que dizem respeito no fundo, à valorização daquele que é o peixe do rio. Fica no fundo esta sugestão;

Relativamente ao ponto 37, que é relativo à barra e à reunião que foi realizada com a Associação de Pescadores e aqui, relativamente a este assunto, pergunto que ações concretas têm sido desenvolvidas, atendendo a que veio, a público a existência de um grupo de trabalho para análise e reflexão sobre esta temática? Se já há conclusões? E se as existem, pois em que sentido é que elas vão? É de facto um assunto muito relevante e muito importante para o concelho.

Terminar então, no fundo com a referência a uma aquisição de serviços através de ajuste direto e que diz respeito a uma aquisição de serviços para realização de levantamento de todas as moradas, de habitações disponíveis e aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, sobre fibra ótica, em Esposende e para levantamento de todas as infraestruturas existentes capazes de sustentar o cabo por cima. O ajuste foi efetuado pela módica quantia de 74.500,00 euros.

Relativamente a esta questão, no fundo aquilo que é importante perceber é, porque é que, o município sentiu a necessidade de adquirir estes serviços? Se no fundo estes trabalhos não deveriam ser feitos pelas empresas de telecomunicações e se as empresas de telecomunicações, que me parece sejam pouco necessitadas de apoios das autarquias, designadamente da Câmara Municipal de Esposende, em que medidas é que elas vão beneficiar, é evidente que se admite que a população vá beneficiar disto, isso não está em questão, agora até que ponto tinha que ser o município a dispor desta quantia, quando me parece que esta é uma quantia da competência das empresas de telecomunicações, quando são no fundo elas que vão depois obter os respetivos lucros? E por aqui termino.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados,
Público aqui presente,*

Eu vou tentar mesmo ser sintético, são muitas questões, mas vou tentar fazê-lo de forma rápida e concisa.

Em primeiro lugar, queria dar os parabéns ao Dr. Tito Evangelista, peço desculpa porque eu não tinha tido conhecimento, caso contrário tê-lo-ia feito, e não deixa de ser curioso que, eu acho que estamos a ensaiar aqui ao nível local uma aproximação Rio-Costa, por demais evidente, acho que está a ser interessante perceber essa postura do partido socialista local, mas também lhe posso sempre dizer, que até vejo isso com agrado. Desde que, seja para o bem da população estamos aqui disponíveis para colaborar.

Isto, porque me falou da barra e neste momento quem pode verdadeiramente resolver o problema da barra, não é o Presidente da Câmara de Esposende, infelizmente. É muito mais a tutela e eu tenho feito tudo aquilo que está ao meu alcance para sensibilizar para a resolução desses problemas e tem sido feito muita coisa desde há quatro anos a esta parte, como é do conhecimento geral, tem sido feito muita coisa em relação ao rio Cávado, sem estar aqui a tentar recordar, mas sempre tê-lo-ei que fazer, que é a dragagem da doca de pesca, as várias intervenções que lá foram feitas e depois explicarei à frente o porquê delas funcionarem, ou não funcionarem, mas obviamente que a Câmara está aqui sempre numa ótica, estou a falar da restinga obviamente, da obra da restinga, estou a falar da reconstrução do molhe junto à barra, das várias intervenções que estão previstas neste momento, como por exemplo uma dragagem, que já estão adjudicadas e para as quais já existe dinheiro, portanto não estou aqui a dizer coisas que não vão ser executadas.

Assim como a reconstrução de todo o molhe longitudinal ao rio Cávado, que fica no fundo paralelo à marginal, tudo isso são intervenções que já estão previstas e devidamente cabimentadas e com os concursos públicos já finalizados. Portanto, isto para dizer que se alguém fez alguma coisa por aquela barra nos últimos anos, peço desculpa mas eu e o meu grupo de trabalho temos feito um trabalho incansável e as coisas têm aparecido e basta ver os montantes ali envolvidos. Sendo certo que a minha função é mesmo essa, é tentar captar a atenção da tutela, levar-lhes os problemas e tentar resolver esses mesmos problemas, não sou eu que define quais são as ações que lá vão ser feitas e aliás é um exercício que todos podemos fazer. Todos podemos dar ideias para a barra, eu também tenho as minhas, mas há uma comunidade científica que se dedica a isso há mais de 30 ou 40 anos, nós todos temos consciência disso. O professor Veloso Gomes, mais uma série de novos técnicos que aí estão. Podemos concordar, podemos não concordar, mas ainda não apareceu ninguém com nenhuma fórmula mágica para resolver o problema. Aliás, quando se fala da barra, é preciso dizer que é um problema que nunca foi resolvido, recai sempre sobre quem está com poder para o resolver vamos dizer assim, mas a verdade é que até temos um livro escrito sobre isso, com séculos de história de intervenções previstas que por uma razão ou por outra, acabam por não ser levados a cabo. Isto para dizer que eu assumo as minhas responsabilidades, mas não assumo mais do que aquelas com as quais posso às minhas costas. Preciso da ajuda de toda a gente e naturalmente que é bem-vinda a colaboração do partido socialista, eu já fiz esses desafios aqui noutras matérias, nomeadamente em relação à estação Radionaval de Apúlia, gostaria muito de ter o apoio de quem tem essa ligação mais próxima com a tutela.

Portanto, em relação a esta matéria estou de consciência completamente tranquila, sabemos aquilo que foi feito, a única coisa que não correu bem ali, foi efetivamente a intervenção na restinga, mas é preciso recordar que essa intervenção resultou de um grupo de trabalho criado pela tutela na altura, que tinha intervenientes locais, do qual eu não fiz parte desse

grupo de trabalho e que chegou às conclusões de colocar lá os geocilindros, muito por culpa, todos sabem, da existência de um Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte, da APA, ou de um POC se quiserem, portanto há instrumentos de planeamento para estas zonas que são muito condicionantes em relação às intervenções que lá podem ser feitas e foram esses mesmos instrumentos de planeamento que conduziram a que essa comissão, desculpabilizando aqui também um bocado os resultados, fosse para esta solução dos geocilindros que pelos vistos era uma técnica inovadora e que não poluía, não criava problemas ao ambiente.

Toda a gente sabe que eu defendo para a barra uma intervenção de carácter mais sólido, tive oportunidade, já após estes últimos eventos, vamos dizer assim, de reunir com aqueles agentes que podem efetivamente resolver o problema. Reuni na Câmara, dei nota pública daquilo que se passou ali dentro e disse que eu enquanto Presidente de Câmara não estaria jamais ao lado de uma solução de carácter provisório para aquela zona. E é assim, é essa a posição que eu irei manter e foi essa que eu tornei pública e é essa que eu sinto, muito também pelo desperdício de dinheiros públicos, entenda-se. Mas não fico com esse ónus para mim, porque a intervenção na restinga, e se calhar nunca foi dito isso aqui, não tem um cêntimo da Câmara Municipal, é importante que se diga a verdade. Foi sempre uma obra que teve Fundos Comunitários e parte do capital social da Polis pertencente ao Estado, não tem um cêntimo da Câmara Municipal. Quem andou a dizer que o Presidente gastou dois ou três milhões, isso é tudo mentira, não há um cêntimo da Câmara Municipal naquela obra.

Correu mal, o material efetivamente não tinha as características corretas e respondendo, a dada altura fizeram-me essa pergunta, mas, primeiro a fiscalização não era da Câmara, assim como a empreitada nunca foi da Câmara. Não fomos nós que lançamos o concurso, não era da nossa responsabilidade a fiscalização. O que acontece é que, a empresa que fez a empreitada comprou esse mesmo material ao estrangeiro, enviaram o certificado do material e de alguma forma, veio-se a verificar depois por análises ao material, que não correspondia às características, mas isso é impossível de verificar, porque tinha a ver com a resistência aos ultravioletas, só ao fim de algum tempo é que era possível verificar isso, não se ia pegar num saco e levá-lo, ou num pedaço daquele tecido e levá-lo para os laboratórios. Acreditaram naturalmente, como em todas as empreitadas, entregam os certificados e foi verificado que cumpria, o que é que resultou depois disto? Resultou que a empresa que vendeu os sacos, ácionou o seguro e neste momento há oitocentos e cinquenta mil euros que a empresa vai pagar, e eu estive numa reunião no Porto ainda aqui há pouco tempo, vai pagar ao empreiteiro e não tem nada a ver com a Câmara, nem tão pouco com a Polis, é uma relação empreiteiro com o fornecedor do material, vai pagar e vai ser feita uma nova intervenção, com outras características adequadas à realidade, que neste momento é bem diferente daquela que estava na génese da intervenção que foi feita e que, como sabem encostou quase todo aquele areal para aquela estrutura longitudinal. Portanto, isto é um assunto muito complexo, nem sequer dá para explicar aqui, numa Assembleia destas, caso contrário estaríamos aqui toda a noite, porque há tanta coisa a dizer com respeito a isto, mas fica esta questão, a Câmara tem a responsabilidade que tem mas não pode levar com o ónus de todos os problemas que acontecem na barra, nem agora, nem quem cá esteve no passado pode levar com esse ónus.

É um assunto extremamente difícil que só se resolve com, primeiro:

- vontade política da tutela;*
- com o dinheiro do Estado, ou de Fundos Comunitários, numa solução pensada. Provavelmente numa intervenção de carácter mais sólido, vamos dizer assim, obrigará a*

avaliação de impacto ambiental, obrigará a um conjunto de outros mecanismos que têm que ser acionados, mas eu estarei sempre ao lado de uma solução de médio prazo para resolver com caráter mais definitivo, do que soluções imediatas que afinal acabam por não resultar. Relativamente à navegabilidade do rio Cávado, eu gostava de dizer, porque é verdade, que essa ideia foi levada a Barcelos pelo Dr. Sérgio Mano, por curioso que seja, é verdade. Numa reunião, falou e muito bem, abordou essa questão junto do vereador da Câmara de Barcelos, porque nós trabalhamos em parceria, portanto isto não tem nada de mal, mas a verdade tem que ser dita, isto foi no dia 20 e no dia 22 houve uma reunião onde esteve presente o Senhor Eng.º Pimenta Machado, foi abordada a questão da navegabilidade do rio e muito bem, no sentido de se criar uma espécie de mini eclusas, para poder vencer, ou até mesmo destruir esses açudes que existem, de maneira a que se possa percorrer, obviamente com embarcações de baixo calado, não pode ser nenhum navio que vai entrar por aí a dentro, como é óbvio. Temos que perceber que tipo de embarcação é que o pode fazer e foi muito bem acolhida. É um trabalho de cooperação, nós não vamos é fazer obras no concelho de Barcelos, isso é que não podíamos fazer, nós tínhamos era que sensibilizar os nossos colegas do município de Barcelos para trabalharmos todos em conjuntos e nós estamos obviamente de braços abertos para trabalhar numa solução conjunta. Estamos a fazer a nossa ecovia e gostaríamos imenso de poder eventualmente proporcionar a feitura dessa ecovia, conjugada um bocadinho à imagem do Douro que aqui falou e muito bem, mas à nossa escala obviamente, com uma descida, ou uma subida de barco e descida de bicicleta, ou seja o que for. Portanto, vamos criar infraestruturas ao longo do Cávado, como nunca foram criadas e espero que o possamos fazer em parceria com o município de Barcelos.

A questão da compra dos terrenos junto ao rio Neiva, não é por ser de Forjães que vou comprar os terrenos junto ao rio Neiva, ou por passar lá quase todos os dias, como deve saber eu trato todas as freguesias por igual e não é por ser a minha freguesia que tem prioridade nestas matérias, o que eu lhe posso dizer é que tenho mantido conversações com o senhor Presidente de Junta, posso-lhe dizer que a parte dos terrenos que estão lá comprados, foram comprados quando eu era Presidente de Junta em Forjães, essa é que é a realidade e na altura era o João Cepa o Presidente da Câmara e eu era Presidente de Junta em Forjães e a partir daí nunca mais se comprou lá um metro quadrado de terreno, também é verdade que os proprietários não estavam disponíveis para os vender. Eu sei que neste momento as coisas estão mais facilitadas, segundo me disse o senhor Presidente de Junta, mas mesmo assim há valores que são pedidos pelos proprietários que não são possíveis de serem pagos pela Câmara porque, a avaliação que nós temos daqueles terrenos não permite ir até esses valores, portanto há aqui um problema para resolver, não há-de ser nada que nós não consigamos resolver, também estamos a falar de cerca de quatro mil metros quadrados. A área tem onze mil, nós compramos sete mil e qualquer coisa na altura, estaremos a falar de cerca de quatro mil metros quadrados de área, portanto também não será nenhuma fortuna com toda a certeza, atendendo a que não são terrenos com capacidade construtiva entenda-se, estamos a falar de terrenos à margem do rio Neiva.

Quanto à questão da limpeza das matas, eu acho que se fez aqui uma grande confusão, ninguém põe em causa, nem nunca nós pusemos em causa a necessidade da limpeza das matas. Isso não está em causa, todos temos consciência que é necessário limpar. A questão é a forma como o Governo reparem, o problema teve muito mais a ver com esta grande tragédia e

o Governo acabou por passar aqui pelo meio sem grandes consequências, resultou, é preciso ter em conta dois aspetos que eu vou relembrar, um tem a ver com o SIRESP. Não há dúvida nenhuma que o problema das comunicações foi fundamental para o grande desastre que ali se deu, essa é a primeira questão. A segunda questão, também é preciso não termos memória curta e lembrar que tinha havido um conjunto de nomeações, pouco tempo antes, de pessoas que foram ocupar lugares para a Proteção Civil, sem qualquer tipo de preparação. Claro que quando as coisas apertam, a experiência é fundamental e isso também não podemos esquecer e eu já sabia que isto ia acontecer, se se lembrarem do meu discurso na minha intervenção pública na altura, no aniversário dos bombeiros, eu disse exatamente o que ia acontecer, eu já sabia. É uma boa forma de estar na política, empurrar para cima das autarquias, no caso concreto para o Governo e agora é este, mas noutros tempos foram outros Governos de outros partidos como é óbvio e eu estou aqui na posição de autarca e a questão partidária para mim é uma questão lateral e o PSD também fez muitas coisas contra os municípios que nós não aceitamos, mas tivemos a coragem de dizer que não aceitávamos, também é importante dizer isso, portanto a questão que se coloca é mesmo essa, tem a ver com o modo, com a forma como as coisas foram feitas.

Como é que podem dizer aos municípios "obriguem lá as pessoas a limpar as matas até ao dia 15 de março" que é daqui a vinte e poucos dias e a seguir "se não for feito poderem penalizar o município em 20% nas transferências e se houver uma catástrofe se calhar o Presidente da Câmara vai responder a tribunal". Isto é que está errado!

De resto, o Dr. Neiva fez aqui e muito bem, uma sugestão e isto é que devia ser feito, ainda mais, partindo de uma premissa errada, é que a questão, tudo teria sido evitado se as autoridades tivessem intervindo a tempo e horas, se o SIRESP funcionasse, se tivessem avisado as pessoas, se não tivessem conduzido as pessoas para o meio dos próprios incêndios, porque foi isso que aconteceu, a questão foi de descoordenação. Agora vamos limpar o país todo, ao longo de tudo o que é estrada, por todo o lado, haja ou não haja perigo, porque em boa verdade, não há memória de ter acontecido isto, normalmente quem morre nos incêndios acabam por ser os próprios bombeiros que o vão combater lá no meio, é raro é muito raro, eu não me recordo muito honestamente de ter acontecido uma situação destas. Aconteceu, porque houve efetivamente descoordenação e agora, vamos todos pagar uma fatura brutal, completamente desajustada da realidade e os municípios estão à cabeça disto tudo, com responsabilidades para todos. Aquilo que o Dr. Neiva fez aqui e muito bem, é no fundo, enquanto município nos desresponsabilizarmos em relação a isto, não quer dizer que não vamos fazer, nós vamos fazer tudo, até porque o SEPNA vai fiscalizar, a Câmara vai fiscalizar, mas sinceramente é preciso pensar que há uma série de terrenos que nem se sabe quem são os proprietários, ou são situações que estão em partilhas, situações muito delicadas, nós vamos entrar nos terrenos assim? Com que meios? Quem é que vai lá cortar o mato e as árvores? Há empresas disponíveis no mercado neste momento para as limpezas no país todo que são necessárias? Não há, não vale a pena pensarem porque não há. Ou seja, passaram-nos uma missão impossível e amanhã vamos ser chamados, por isso é que todos os meus colegas sejam de que partido forem, estão contra esta medida. O que está em causa é que, a lei existe, não deveria haver esta necessidade por parte do Governo de dar uma resposta pública tão imediata. Deviam olhar para este assunto com alguma calma, porque o assunto assim o exige, criarem condições para uma boa fiscalização, quando digo fiscalização digo vigilância das florestas, abrirem ao exército se assim fizesse falta, aos bombeiros, ao voluntariado, às IPSS, toda a gente unida, fazermos um verão com muita vigilância nas florestas, com algum cuidado

e aí sim, preparar uma lei com calma, com tempo, ouvindo os especialistas e colocando os municípios também no centro desta medida, porque, eu acho que quem tem mais capacidade para resolver este problema são efetivamente os municípios. Já o disse publicamente não tenho qualquer dúvida sobre isso, agora não é de todo desta forma, sob pressão, vamos ficar todos mal e uma palavra ao senhor Presidente da Junta de Fão, eu concordo consigo, eu também acho que não devemos dar uma imagem de que não é para fazer, porque é para fazer e tem que ser feito, o problema é que é a tal missão impossível, se eu disser, por acaso Apúlia e Fão não tem uma grande área florestal, mas se eu disser ao senhor Presidente da Junta de Palmeira e Curvos por exemplo, ou de Vila Chã que lhe passo essa competência, que vá lá limpar a mata à volta de todos os caminhos na área que é preciso, à volta dos aglomerados com 100 metros, o que é que ele faz?

Foi exatamente isso que nos fizeram a nós, portanto eu não posso, se percebermos as diferentes escalas, não posso aceitar que façam isto com o município de Esposende, assim como os meus colegas também não aceitaram, mas claro, a lei é para ser cumprida e nós vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance e nós temos o trabalho de casa feito, porque nós já identificamos, muito antes de isto acontecer, já no ano anterior, quando houve os incêndios aqui em Esposende eu pedi ao serviço da Proteção Civil, para que delimitassem à volta dos aglomerados urbanos uma faixa, inclusive levei à Câmara Municipal uma verba, para darmos as árvores a quem quisesse replantar nessas faixas a 50 metros dos aglomerados urbanos, isso existe e está em vigor neste momento, isto um ou dois anos antes. Portanto, ninguém nos apanhou desprevenidos, a circunstância é exatamente esta, portanto nós já fizemos o trabalho de casa e mesmo assim, sem cadastro é muito difícil levar isto por diante.

Falou da questão da propaganda, bem isso é recorrente dizerem isso aqui na Assembleia Municipal, mas eu acho que ninguém tem dúvidas que o nosso boletim é muito útil, apesar de ser muito mal distribuído, acreditem, são os CTT que têm essa responsabilidade, a quem nós pagamos para os distribuir, é uma vergonha autêntica e fica aqui também a minha nota em relação a isso, mas é claramente o melhor instrumento que temos de publicitação daquilo que vai sendo feito no município e mais do que isso, aquilo que vai acontecer a seguir, para despertar às pessoas a possibilidade de virem aos eventos que são para todos, como é óbvio.

Da intervenção da Senhora Deputada Anabela Solinho, relativamente à EBI de Apúlia, nós no fundo demos resposta no parque aquilo que foi pedido na altura, que era melhorar a acessibilidade que era bastante difícil de facto, portanto, entrar e sair do parque quando lhe faltava uma das saídas. É verdade que falta a sinalização, também é verdade que já foi pedida, neste momento as empresas estão com dificuldades em entregar sinais, isso é um problema que nós temos, mas vão ser colocados, disso pode ter a certeza absoluta, para se orientar a entrada e a saída do parque.

De qualquer maneira gostaria muito que valorizasse a intervenção que lá foi feita, que não foi só no parque, foi também em frente, naquela rua, resolvendo o problema das águas pluviais e era um pedido de há muitos anos daquela comunidade escolar, que só nós viemos a atender.

Quanto à questão da obra junto ao centro de saúde, eu já disse ao senhor Presidente da Junta que temos esse procedimento para dar início muito em breve, tem a ver com a disponibilidade da própria empresa, mas irá arrancar espero que antes do verão, porque é uma obra que em pouco tempo estará com certeza concluída.

Da intervenção da Senhora Deputada Sandra Bernardino, falou aqui de uma série de coisas, eu vou tentar ser sintético, o lançamento de pequenas obras, que no fundo perdemos muito tempo com pequenas coisas, bom eu recordava que ainda há pouco tempo lançamos uma obra de um milhão cento e sessenta mil euros, eu sei que agora já se vulgarizou e até parece que um milhão e tal de euros já são meia dúzia de trocados, mas há quinze dias a esta parte lançamos a ecovia Fão-Ápúlia de um milhão cento e sessenta mil euros, não é propriamente uma obra pequena e vamos inaugurar dentro de alguns dias. É mesmo assim, nós fizemos tantas e temos tantas obras em andamento, que qualquer obra de cento e cinquenta, duzentos, trezentos mil euros já parece uma coisa pequena mas, se for ver não é à toa que nós temos um orçamento para este ano de 31,5 milhões de euros se lhe somarmos o superavit que tivemos em relação ao exercício de 2017. Portanto, é para ser consumido e aliás se for ver aí aos compromissos plurianuais, tem aí oito milhões e tal de euros para este ano, para 2018 e tem a ver exatamente com isso, portanto não são pequenas obras, são muitas, umas pequenas outras grandes conforme a necessidade obviamente, mas também temos muitas obras grandes e posso-lhe dizer que vem aí o saneamento para o Lugar do Monte em Marinhãs, de um milhão e meio de euros sensivelmente, o canal com quase cinco milhões de euros, portanto se isso são pequenas obras, não sei muito bem o que dizer.

Quanto ao Plano de Desenvolvimento eu não vou obviamente estar aqui a dizer, eu já o fiz e não o consegui fazer em profundidade durante uma campanha inteira, quanto mais aqui numa sessão da Assembleia Municipal, mas se ler o meu programa, tem lá as linhas gerais às quais eu tento obedecer, sem prejuízo de ir aproveitando as oportunidades que surgem e que não estão lá plasmadas, como é o caso da questão da loja social que eu explicarei a seguir.

Mas, também lhe posso dizer, é verdade que temos uma vocação muito direcionada para o turismo, é verdade. Já o disse várias vezes publicamente, tentaremos aproveitar até à exaustão esse potencial que temos de desenvolvimento, sendo que, o nosso modelo é um modelo de desenvolvimento sustentável, nós temos que tentar conjugar a indústria, a agricultura, o setor primário também e o turismo. Tentar conjugar todas as atividades do município, não vamos apostar só numa coisa e quando o Turismo entrar em crise dentro de meia dúzia de anos, ou dez anos ficamos a deitar as mãos à cabeça porque não temos nada. A verdade é que, nós temos índices de desemprego, isto olhando à componente da indústria, toda a gente se preocupa com isso, vai ser um bom mandato nesse aspeto, há muita iniciativa privada, há muita coisa aí a surgir e muita coisa tem surgido, só que, é dentro de um modelo de micro e pequenas empresas e é isso que nos interessa em boa verdade, eu já disse isso publicamente e não tenho qualquer problema em assumir, a nossa vocação não é uma vocação industrial, nós não temos um porto de mar, nós não temos terrenos a um euro, ou a zero euros como se vêm em muitos municípios pela zona do interior, que os oferecem, ainda há dias passava eu em Boticas e dizia Zona Industrial, eu tive curiosidade em olhar e tinha dois pavilhões fechados, não sei se alguém conhece, dois pavilhões. Bem, a nossa Zona Industrial, sendo pequena acho que tem outra dimensão e tem-se desenvolvido imenso nos últimos anos, portanto isso é tudo muito relativo e pensava eu para mim e com a pessoa que ia comigo e até comentamos, como é possível, mesmo dando o terreno ninguém quer vir para aqui, porque não tem sequer gente qualificada, pessoas para poderem trabalhar, a verdade é que estão condenados ao insucesso, infelizmente as coisas são assim. Até podem pagar para as pessoas irem para lá, que não vão conseguir. Nós temos uma realidade muito própria que é o custo dos terrenos, elevado é verdade, mas tem a ver com estratégias que foram seguidas há muitos anos a esta parte e não por qualquer défice de atenção por parte do atual Presidente de Câmara ou do seu executivo.

E, porque falou na situação de Vila Chã e Forjões, da Zona Industrial, ela está prevista no PDM desde 94 e só agora é que se descobriu que havia especulação imobiliária? Bem, as coisas acontecem naturalmente, a verdade é que, a única forma de nós conseguirmos ultrapassar este problema era, e repare que mesmo assim não há uma única unidade industrial lá, ainda hoje, mas é verdade que as pessoas sabendo de antemão, porque o PDM é um instrumento público, de acesso a toda a gente, naturalmente que, depois quando vão transacionar o seu terreno, sabem que ele está classificado e que pode vir a dar para construir, é normal. O que é que se podia ter feito? Antes em 1990 por aí, digo eu é que se deveria ter pensado porventura que, onde se apontasse para serem Zonas Industriais, poderia ter havido, e eu não sou ninguém para dizer isso, porque isso implica, não sei o contexto que se vivia na altura e a situação económico-financeira do município, poderia ter havido uma antecipação por parte do município, comprando umas dezenas de hectares que servissem de bolsa para a fixação das empresas. Não foi feito, a partir desse momento acabou, no momento em que se torna público o Plano Diretor Municipal, é precisamente para salvaguardar os interesses e os direitos dos proprietários dos terrenos, portanto aqui, a Câmara não pode fazer absolutamente nada. Nem eu vou andar agora a endividar o município em milhões e milhões de euros, para comprar terrenos que já por si estão obviamente inflacionados para os ir depois vender mais barato às empresas que se queiram cá fixar, isso até pode configurar outro tipo de circunstância ou de favorecimento. Portanto, as dinâmicas estão implementadas, nós temos um índice de desemprego baixíssimo em relação aos nossos vizinhos, a esses tais que têm grande desenvolvimento industrial, temos índices muito baixos, temos um modelo de desenvolvimento completamente distinto do deles, muito focado como eu dizia na atividade turística e portanto é nisso que nós vamos continuar a trabalhar.

Quanto à questão do PUZIE, só dizer que, tudo o que tenha a ver com alterações de instrumentos de planeamento é extremamente complexo e difícil levar por diante e daí o atraso que vem surgindo nesta questão em concreto, sendo certo que, ninguém está impedido de construir nessa zona porque existem normas preventivas, que foram publicadas aquando da abertura do procedimento e portanto tudo continua igual e vão surgindo novas unidades, na Zona Industrial.

Cinco maiores projetos, eu não defino a minha atividade política por rankings. Para mim nem é cinco, nem quatro, nem dez, para mim é o desenvolvimento harmonioso e sustentado do município de Esposende. Uma ação pequena, como por exemplo o apoio ao arrendamento para pessoas com dificuldades, para mim pode ser a maior e pode não ser, a obra do canal que é a de maior valor financeiro. Nunca pode ser visto assim até porque, não seriam cinco, seriam cinquenta por ventura, porque foram muitas coisas, com muito valor para a população, em todas as áreas. Desde a educação, a cultura, todas as áreas de intervenção tiveram intervenções fundamentais e relevantes durante o mandato anterior e estão previstas também agora.

Quanto à questão da Escola Secundária Henrique Medina, isto não foi um projeto que eu acordei um dia e resolvi fazer uma intervenção na Escola Secundária Henrique Medina. A Escola Secundária Henrique Medina, em primeiro lugar, devia ter sido o Estado e os vários Governos que por lá passaram, e aqui eu não quero atirar a culpa para ninguém, que fique bem claro, a fazer essa intervenção e nós fomos claramente ostracizados neste processo.

Fizeram grandes escolas em todo o lado, gastaram-se milhões e milhões de euros, intervenções de dezoito, vinte milhões de euros em determinadas escolas, para Esposende não sobrou um cêntimo sequer. Eu já contei essa história aqui e não vou repeti-la outra vez. Quando veio cá o Dr. Pedro Passos Coelho entreguei-lhe um dossier, seis milhões e meio de euros chegavam para nós fazermos a nossa intervenção, fui chamado pelo Presidente da Comissão de Coordenação na altura, Emídio Gomes, garantiu-me que íamos conseguir os seis milhões, quando me disseram candidate-se através do PDCT do Cávado, deram-nos um milhão, novecentos e tal mil euros que é o que temos, e depois ainda nos obrigaram a pagar 7,5% dos 15% que correspondiam ao município quando nós não temos responsabilidade absolutamente nenhuma e não devíamos pagar um cêntimo para aquela escola. Mas, não pormos lá os 7,5% implicava perder um milhão, novecentos e tal, agora ponham-se no meu lugar, iam perder quase dois milhões de euros para fazer uma intervenção na escola, mesmo sabendo que era só numa parte da escola, por não pôr lá essa verba, esses tais oitenta e sete mil euros, se não estou em erro. Obviamente que fiquei condicionado por essa circunstância, foi discutido no Conselho Municipal de Educação, não foi uma decisão que eu tomei de forma avulsa e toda a gente concordou que era melhor aproveitar esse dinheiro, mas, que nunca deveríamos cair na tentação de dizer que era a intervenção na Escola Secundária Henrique Medina. Era a primeira fase da intervenção na Escola Secundária Henrique Medina, que é uma coisa completamente diferente e está no acordo que fizemos com o Ministério da Educação, exatamente que é a primeira fase. E deve ser o único em que isso está lá e já agora fica aqui o meu agradecimento ao Dr. Tiago Saleiro, porque foi ele que na altura redigiu e acompanhou este processo e portanto a ele se deve também o facto de ficar lá plasmado no documento esse nosso interesse. Portanto, no final, todo o processo, obviamente nós contratamos os técnicos, todo o processo foi seguido e acompanhado pelo conselho executivo, pelo conselho diretivo da escola, sempre em total harmonia com os técnicos, eu tentei interferir o menos possível naquele processo é verdade, tivemos uma ou outra reunião, mas deixei que as coisas rolassem por quem vive a escola por dentro. Foi apresentado publicamente, lançamos o concurso, aliás fui aqui acusado por não ter lançado o concurso, o concurso foi lançado, já se abriram as propostas e agora eu vou voltar atrás e discutir o projeto outra vez? Esqueçam! Isso não vai acontecer, eu não vou parar nem um minuto porque eu quero aquela intervenção na escola urgente e é isso que vai acontecer. Não vou voltar atrás, voltar a discutir a mesma coisa que já discutimos há não sei quantos meses atrás? Não isso não é para mim. Há de haver uma segunda fase, se Deus quiser, em breve e lutaremos muito para que se consiga arranjar essas verbas para depois sim, abarcar outras coisas. Já agora, porque é que a obra é como é?

A questão é que, nós temos pouco dinheiro e uma das exigências que eu fiz ao arquiteto foi de que nós só tínhamos aquela verba e não valia a pena avançar com valores astronómicos. Isso quer dizer que, por exemplo em determinada escola, a Escola Secundária de Monserrate, gastou-se mais dinheiro nos contentores quase, para se manter a atividade de aulas durante o período da obra quase, do que, a intervenção que nós vamos fazer aqui em Esposende, esta é que é a realidade.

Nós não vamos ter contentores para as aulas, nós vamos tentar realocar os alunos aos vários locais e portanto isso, condicionou a nossa intervenção, nós tivemos que começar por determinados locais para, sem prejuízo de melhorar as condições nas salas de aula, porque isso não é verdade! As condições nas salas e as coberturas vão ser mudadas e em termos de eficiência energética as coisas vão melhorar, até porque, uma das exigências era a eliminação

total do fibrocimento, portanto não é verdade que não vamos fazer nada nos outros espaços. Vamos fazer, mas com maior incidência nas zonas que estão previstas na escola. Eu já falei muito sobre isto e peço desculpa por estar a ser fastidioso, mas foi por isso que se previu a intervenção que se previu e está numa fase final e vamos levá-la até ao fim, sem mais discussões, salvo aquelas que possam surgir no decorrer da obra e quanto a essas estaremos sempre recetivos para as introduzir na obra final.

Da intervenção do Senhor Deputado Cepa Carneiro, eu não partilho de todo dessa ideia de autoritarismo ou tiques autocráticos, ou autoritários como disse, em relação à gestão da Assembleia, eu não tenho que defender o Senhor Presidente da Assembleia que ele cá está para se defender. A democracia é assim mesmo, todos temos que usar da palavra, a Assembleia podia eventualmente ter acabado mais cedo e convocávamos as pessoas para outro dia, podia, mas as pessoas também têm a sua vida, não são profissionais da política e o Sr. Dr. também tem como é óbvio e não sei se não teria sido pior. A verdade é que levamos a Assembleia até ao fim e não notei de todo, salvo aquela que é a autoridade própria de um Presidente da Assembleia, que tem que saber gerir uma Assembleia e tem que se impor obviamente, não notei que houvesse qualquer tipo de tique autoritário, muito longe disso, aliás ainda hoje aqui se viu, nas várias intervenções que aqui foram feitas, todas elas ultrapassaram os cinco minutos e nem por isso o Senhor Presidente da Assembleia as bloqueou, desde que não se saia fora daquilo que é normal decorrer numa Assembleia.

Quanto à questão da barra, já falei sobre isso, a verdade é que, é um esforço coletivo, eu só queria deixar esta mensagem, isto é um esforço de todos, todos devem colaborar neste esforço em relação à barra. Eu, da parte do partido comunista, muito sinceramente o único esforço que eu vejo é a Deputada Carla Cruz constantemente a aparecer junto dos pescadores, mas, muitas vezes depois do próprio Presidente da Câmara já lá ter ido e sempre inócuo, eu ainda não vi nada que tivesse sido feito em boa verdade a favor dos pescadores, por essa ação quase de permanência em relação aos pescadores como se fosse um protecionismo por parte do Partido Comunista Português, ou da CDU.

Eu tenho acompanhado sempre os pescadores de Esposende, tenho acompanhado sempre os problemas da barra, ainda agora acabamos de pedir uma audiência à Senhora Ministra do Mar, no dia 14 em resultado da reunião que tivemos com os pescadores, nós estamos sempre a tentar ajudar. Se puderem dar uma mão eu agradeço, mas não tenho visto isso efetivamente e neste momento o Partido Comunista está numa posição muito boa para influenciar a Tutela. Não tenho visto resultados palpáveis daquilo que é a ação do Partido Comunista em relação à resolução dos problemas da barra, nem tão pouco dos pescadores de Esposende.

Quanto às questões ao representante do município no ACES eu ia deixar que a minha Vice-Presidente Eng.ª Alexandra Roeger lhe desse a resposta.

Quanto à questão das antenas, foi aqui dito pelo Dr. Neiva e muito bem, não tem havido pedidos de novas antenas, nós partilhamos dessa preocupação que fique bem claro, que não fique aqui a ideia que nós não nos preocupamos com isso, mas na verdade não tem havido pedidos de novas antenas e quando houve, essa preocupação já estava subjacente às minhas ações, de tal modo que em Criad, acompanhando a população de Criad em Apúlia, acabamos por impedir que ali se colocasse uma antena muito próximo das habitações, não era tão

próximo quanto isso, mas mesmo assim fomos sensíveis aos pedidos da população.

Da intervenção da Senhora Deputada Tânia Mota, quanto à questão da Comissão do Ambiente, eu só lhe posso dizer que, claro que a Assembleia tem todo o direito de acompanhar as questões do ambiente e não fosse o ambiente uma prioridade também para nós, mas a verdade é que nós temos feito um trabalho louvável a todos os níveis e reconhecido externamente, enfim basta seguir todo o histórico, basta dizer que temos a Educação Ambiental há vinte anos, por exemplo, temos tido preocupações, temos instrumentos de planeamento hoje, que preservam claramente o ambiente no nosso concelho, temos um Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte, acho que isto diz praticamente tudo, somos Parque Natural do Litoral Norte e só corresponde ao litoral de Esposende. As questões ambientais estão na ordem do dia. Temos coberturas de abastecimento de água de praticamente 100% e 85% de saneamento. O ambiente para nós é mesmo uma prioridade e é talvez a nossa maior mais-valia, para “vendermos o território” e sermos atrativos, é dizer que temos os assuntos do ambiente bem tratados e que respeitamos o ambiente com todas as nossas ações e é verdade, aliás quando eu digo que não quero grandes empresas poluidoras isto quer dizer o quê? Eu não quero empresas, claro que eu quero empresas, mas se vierem e é uma pergunta que eu faço sempre, quando vem alguém ao meu gabinete que tem um investimento para fazer, eu pergunto sempre mas provoca algum problema? Há questões de cheiros, de poluição? Se houver, imediatamente fica arrumada a conversa. É assim que eu sou e acabou, podem-me criticar e eu admito que me possam criticar, mas eu não vou prejudicar o desenvolvimento harmonioso do concelho para fixar aqui uma empresa, venha lá ela de onde vier, nem que crie mil postos de trabalho, não quero saber disso, não de vir outras mais pequenas, que não criem problemas e que resolvam as questões do desemprego que é diminuto hoje, em termos percentuais no nosso concelho, isso seria uma péssima estratégia. Disse-o aqui há tempos numa entrevista, que eu não estaria disponível nunca, para fazer aquilo que foi feito noutros municípios qua andaram a legalizar fábricas no meio dos campos, em zonas ecológicas, em zonas agrícolas, a legalizar mamarrachos autênticos nessas zonas, prejudicando a paisagem, prejudicando o ambiente, porque não têm energia, não têm tratamento de efluentes decente nessas zonas, em Esposende isso nunca vai acontecer, enquanto eu for Presidente da Câmara, enquanto for eu a decidir alguma coisa neste concelho nunca deixarei que isso aconteça, porque sei que para beneficiar um, estarei a prejudicar centenas ou milhares de outras pessoas e isso eu não faço.

Relativamente à questão do mercado de peixe e hortícolas, o que eu lhe posso dizer é que essa ideia é nossa. Peço desculpa, mas se for ver ao nosso programa, está lá a construção do mercado de peixe em Apúlia e eu nunca ouvi isso da parte do CDS, não sei se o fizeram, mas eu já o fiz há quatro anos atrás, não foi agora. Essa ideia existe, estamos a tentar resolver o problema, temos consciência disso, dizer que o que lá existe não é um mercado de peixe, são aprestos onde é permitida a venda de peixe, mas não tem as mínimas condições para ser um mercado de peixe, o que nós estamos a pensar é fazer um mercado de peixe, fazer uma infraestrutura e vamos fazê-la, porque é um compromisso meu e eu faço questão de cumprir os meus compromissos.

De resto, relembrar que investimos imenso na requalificação das infraestruturas de pesca e mesmo em Apúlia, mesmo pela parte poente desse local que está a falar, temos agora lá para gastar cerca de oitocentos mil euros na requalificação de toda essa zona de apoio à pesca e

aqui também um milhão e setenta mil euros, se não estou em erro, aqui na doca de pesca de Esposende.

O estacionamento nas zonas balneares é um assunto extremamente difícil de resolver, muito por via das limitações que existem em relação ao Parque Natural e o ICNF tem muita dificuldade em ultrapassar essas questões e deixar-nos colocar lá os carros, basta justificar que aquela intervenção que foi feita no Ofir, em todos aqueles arruamentos para impedir o estacionamento, era precisamente para impedir que as pessoas fossem estacionar no meio das dunas e no meio dos pinheiros. A política do ICNF é completamente contrária às nossas pretensões, é evitar que as pessoas estacionem lá.

Estamos a tentar negociar com privados noutros locais, espaço para estacionamento, mas não é fácil.

Sendo certo que, este ano temos uma novidade naquela zona, que é a existência da Ecovia e a promoção da mobilidade suave, e pode ser que isso leve as pessoas com mais facilidade a deixarem os carros longe da praia e poderem de alguma forma aproximar-se das zonas balneares por essa infraestrutura que vai existir, espero que assim seja. Também é verdade que não vamos permitir que os carros estacionem em cima da ecovia, isso é mais do que certo e portanto, isso será impossível, teremos que encontrar outras soluções.

Quanto à situação da EN 13, eu negocieei este dossier em Lisboa na altura, para a requalificação da EN 13, desde a Malafia sensivelmente, desde o limite norte do concelho com Viana do Castelo, até à ponte D. Luis Filipe, sendo certo que eles, nem pensar em fazer qualquer coisa para sul, o que me desagradou imenso, mas era assim. Estava tudo certo e era para ter sido feita em maio de 2015, passou para 2016 e depois para 2017 e eu tenho ofícios que atestam o que eu estou a dizer.

Permanentemente em cima, nunca conseguimos, entretanto com este Governo como sabem houve um desinvestimento nestas áreas e eu nem vou criticar porque havia outras prioridades e não foi possível fazer, mas nós ficamos prejudicados e havia pelo menos, a dada altura já evoluímos para a situação das rotundas, pelo menos resolvam os problemas nas zonas onde há acidentes, era o caso do MiniPreço, junto à Cruz Vermelha, pelo menos nesses locais e mesmo nesses e eu tenho provas e faço toda a questão de lhe mostrar não é por negligência, estamos sempre, eu não vou dizer a chatear, mas estamos sempre em cima do assunto, sempre a questionar as Infraestruturas de Portugal e a verdade é que neste momento está a decorrer um processo de expropriação para a construção da rotunda do MiniPreço, penso que é mais ou menos do conhecimento geral.

Estava previsto começar a obra em maio, espero que comece, por via da nossa pressão que temos feito junto das Infraestruturas de Portugal, espero que não voltem atrás também com essa intenção, agora. E já agora dizer que estava prevista a intervenção, na altura do Governo do PSD-CDS, infelizmente as coisas depois evoluíram neste sentido e não foi possível.

Quanto à questão da Corrida da Primavera ela já não existe, nós optamos por retirar algumas dessas provas e apostar noutras, vamos ter uma meia maratona e penso que vai ser um sucesso, não tenho a menor dúvida. A componente social, eu acho que não devemos misturar as coisas. Nós temos uma ação social muito ativa, nós estamos permanentemente a apoiar as instituições sociais com tudo e mais alguma coisa, com viaturas, com instalações, promovendo iniciativas, somos muito ativos nessa área.

Quando cobramos a participação nessas atividades, é para fazer face às despesas que temos com a prova. Dar dali, ou dar da Câmara vai dar ao mesmo. Só se cobra para, em vez de pagarmos vinte mil euros, pagarmos cinco ou dez e esse restante ser conseguido através desse pagamento. Quando a senhora deputada falou nisso, até pensei que se ia referir a pessoas que tivessem dificuldade em pagar e que quisessem participar nas provas, mas não, o que estava a dizer era, que essa cobrança pudesse reverter a favor de uma instituição.

Eu acho que temos essa área muito bem desenvolvida no concelho, basta ver aquilo que é o modelo da loja social, não tenha dúvida. Eu compreendo as suas preocupações em relação a esta matéria, mas eu desafio-a a conhecer por dentro aquilo que nós fazemos na área social no concelho de Esposende e depois dir-me-á alguma coisa, já nem vou falar para comparar com outros municípios, só conhecendo a realidade do trabalho que é realizado na área social no concelho de Esposende.

Quanto à questão do Centro de Negócios nós estamos a negociar essa situação e na próxima semana sairá o concurso público para a obra nesse mesmo espaço, porque estamos a precisar mesmo muito dessa intervenção.

Quanto à informação escrita, e à barra, fizemos já um plano de contingência, foi uma das primeiras coisas que eu fiz, porque fiquei preocupado quando vi a destruição da restinga e portanto, fizemos um plano de contingência, que basicamente consiste, grosso modo, na colocação de barreiras ao longo da marginal, caso esteja previsto um tempo anormal, pelo menos ao nível do mar, e a identificação e o aviso de todas as pessoas que vivem nas zonas de risco, de maneira a podermos retirar essas pessoas de lá em tempo útil. Essencialmente estas duas medidas, que são as principais, porque o que está sempre em primeiro lugar obviamente que é a salvaguarda da vida das pessoas e portanto, isso foi uma das nossas preocupações, temos consciência que não vamos travar o mar, obviamente, mas também é verdade que as autoridades estão avisadíssimas para esta situação, essencialmente a APA está avisada para esta circunstância e para os perigos que dali advém.

Em relação aos Geocilindros já falei, quem fiscalizou a obra não foi o município, não sei se foi a Polis diretamente ou se foi através de alguma empresa contratada para aquela obra, porque acontece muitas vezes isso, não posso dizer isso agora mas posso esclarecer mais tarde.

Quanto aos apoios à ACICE isto é complicado, porque ao mesmo tempo que vocês nos dizem que nós não apoiamos o desenvolvimento económico no concelho e não cativamos empresas, vêm criticar um apoio dado à Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, é preso por ter cão e preso por não ter.

A relação com a ACICE, a ACICE é a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, que presta um serviço importantíssimo aos mais de mil associados que tem e serviços importantes para regularização da sua situação, para poderem eventualmente aceder a fundos comunitários, nós só temos é que estar ao lado das instituições, seja a ACICE, seja a ACIB, seja quem for, que queira colaborar connosco e que queira no fundo, é da mesma forma que nós pedimos à Esposende Ambiente ou à Esposende 2000, para desempenhar determinadas tarefas, é a mesma coisa. A ACICE se pode desenvolver tarefas melhor do que nós, por um preço mais baixo, porque é que não o há-de fazer? Porque é que não poderemos apoiar? Assim como poderemos apoiar a cooperativa, desde que haja possibilidade e que haja um retorno económico para a comunidade de Esposende, claro que nós estamos sempre

disponíveis para o fazer. Nós podemos fazer o contrário, não sei se vocês concordam, era bom que clarificassem, era não dar dinheiro nenhum à ACICE e a Câmara fazer tudo, que implicaria contratação de meios, ter mais pessoal ainda no quadro da Câmara e nunca conseguiríamos obviamente dar resposta a tudo, que aliás seria esvaziar a própria Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, lembrando que é fundamental a sua existência. É verdade que durante muitos anos a sua subsistência esteve muito ligada à formação, atualmente como sabem isso não existe praticamente, portanto só tem é que ter o apoio do município. Eu desafio-os a dizerem-me qual é o município onde haja uma associação comercial e industrial no concelho que não seja apoiada pelo município, de certeza que tem que haver aí pelo meio uma conotação política para que não haja apoio ao desenvolvimento económico, de todos os municípios aqui de perto e são valores avultadíssimos, posso-vos dizer.

De resto ecovias, todas as obras têm as suas contingências, nós acabamos por avançar, eu recordo que os terrenos, os marginais aos rios acabam por ser do domínio público hídrico e a discussão trava-se por esse lado e não só pela propriedade dos próprios prédios e quando nós avançamos para as empreitadas e quando avançamos para os fundos comunitários, temos sempre do nosso lado as informações por parte da APA, etc, de que aqueles terrenos têm carácter público, e obviamente que as pessoas têm que ter consciência disso, portanto neste caso, o que ali está em causa é um acerto de extremas com a proprietária de um terreno que é uma situação muito particular. Também lhe posso dizer que ainda hoje e eu não sei o resultado da reunião de hoje, infelizmente, mas sei que hoje houve uma reunião no local para avaliação da situação e pode ser que fique ultrapassado o problema.

De resto, não temos que indemnizar nenhuma empresa, nada disso, até hoje nunca esteve isso em causa e espero que não venhamos a perder o financiamento obviamente que seria absurdo, mas também posso-lhe dizer que se houver algum problema avançarei rapidamente para a expropriação do terreno e depois vamos ver em sede de expropriação, se o terreno é público ou se é do que se arroga proprietário.

Quanto à ecovia do litoral, à partida todas essas circunstâncias estão ultrapassadas, até porque 99% do percurso é em domínio público.

A questão do monte dos Desamparados, houve uma intervenção, quem negociou foi a junta anterior e foi a Câmara que apoiou com vinte e qualquer coisa mil euros para a pavimentação e a construção do muro.

A questão do Salão de motos, nós colaboramos nestes processos, como noutros, nós temos eu acho que é um evento e disse-o muito bem no início da sua intervenção, é um evento que eu acho que foi extraordinariamente bom para o concelho de Esposende, aproveitando o facto de termos uma pessoa como é o Alexandre Laranjeira que, eu acho que só por ele é que se consegue ter aqui pilotos de craveira mundial em Esposende, é um evento que começa a marcar. Nós apoiámos estas iniciativas como apoiáramos outras, por serem privados a fazê-las não quer dizer que não possam ter o apoio da Câmara Municipal, concordo consigo que, na próxima vez tentaremos regular de maneira inequívoca as responsabilidades de cada um, porque nós queremos é transparência em todos estes processos, de qualquer maneira o apoiar essas iniciativas desde que elas tenham retorno económico para o município, é uma situação normal, podemos apoiar quem nós entendermos, desde que se verifique um benefício para o erário público de alguma forma.

Quanto à questão da exposição de orquídeas eu não percebi, mas posso dizer-lhe que temos um centro de educação ambiental onde pode fazer essa exposição se assim o pretender.

Quanto ao Senhor Deputado Jorge Capitão, a questão da loja social, nem colocamos no nosso programa, pela simples razão de que esta situação já estava em curso no mandato anterior. Já estava a ser trabalhada, não foi uma necessidade que surgiu agora, já tínhamos consciência daquilo que era necessário, começamos a ter dificuldades porque é um projeto que tem crescido imenso no concelho de Esposende, dificuldades em armazenar o material, há um projeto da área social que pretende colocar outras valências ao serviço das pessoas, daí que, precisássemos de outro tipo de espaços e vamos mudar para um prédio onde era a Decozim, isto ainda não está nada formalizado, mas se tudo correr dentro do que estamos à espera, e vamos para onde era a Decozim porque tem um segundo piso e tem uma área disponível de cerca de oitocentos e qualquer coisa metros quadrados, quando a área disponível que nós temos neste momento é de cerca de quinhentos metros quadrados, portanto dá para perceber que estamos a falar de mais trezentos e setenta e cinco metros quadrados se não estou em erro de área disponível, com muito melhores condições, sendo certo que também é um edifício de gaveto e ao lado da autoestrada como todos conhecem, ao lado da A28 e de gaveto, quando o outro edifício só tem uma frente apenas, isto é o primeiro aspeto;

Segundo aspeto, que nos levou também a fazer isto e vou dizê-lo aqui com todas as letras, há uma empresa situada exatamente nesse local, num espaço contíguo ao nosso pavilhão, que já comprou um pavilhão, tem crescido imenso, tem quase cinquenta trabalhadores, que fruto do desenvolvimento que tem tido, ponderou abandonar o concelho de Esposende porque não tinha condições para alargar, tão simples quanto isto e falou com a Câmara Municipal, se o município estaria disponível para permutar esse imóvel com outro. Salvaguardados os interesses do município de Esposende, eu não pensei duas vezes se é para apoiar uma empresa e se nós temos uma necessidade acrescida de espaço, uma vez que nos deram a oportunidade de permutar com esse edifício e é de permuta que estamos a falar, claro que eu ponderei a situação, levamos à Câmara e a ideia é que venha a ser efetivada essa permuta entre os dois imóveis, com claro benefício para o município, o que eu vos desafio é verificarem no âmbito do negócio se há prejuízo ou benefício para o município de Esposende.

Eu percebo que haja aí uma insinuação no meio disso tudo, mas comigo isso não funciona, se quiserem vêm à Câmara, olham para o processo, chamam as pessoas e têm a coragem de olhar para as pessoas e dizer assim "eu acho qualquer coisa" e em função disso é que se vêm os homens, as insinuações a mim fazem-me sempre espécie, porque o que está em causa é a defesa dos interesses do município e isso é que eu desafio depois, em tempo próprio a verificarem os negócios, como é que as coisas são feitas, qual é o benefício que está ali inerente e assim é que se resolvem as coisas, tudo o resto eu rejeito completamente.

Quanto à Senhora Deputada Tânia Mota, em relação ao boletim municipal referiu que parecia um jornal, não lhe posso negar como é óbvio e evidente que aproveitamos as nossas notas de imprensa para ser mais fácil coligir a informação que comunicamos, mas isso, já toda a gente deu por ela, basta ler as notícias elas são praticamente iguais, muitas vezes só se muda o tempo verbal.

Mas, isso só quer dizer que o nosso boletim é feito exatamente com caráter informativo, caso contrário vocês não identificavam essa questão, se nós trazemos aqui a informação escrita e

ela é a mesma que aparece no boletim, é sinal que a informação é feita apenas com caráter informativo.

Estação Radionaval, eu compreendo que diga isso, mas quando nós dizemos aquisição da Estação Radionaval nunca, por nunca esteve em causa a compra total dos terrenos, porventura não acompanhou o processo desde o início mas, isto é um processo que tem vinte anos, quinze anos a esta parte, sempre esteve em causa a aquisição de uma parte da estação radionaval ou de duas partes em três que ela tem, dois terços dessa área e nunca se pensou na globalidade da estação radionaval.

De resto, quanto a mudar o nome do evento para Março com Sabores do Rio, isso é apenas uma questão de semântica, diria eu, estamos a falar de dezanovê edições do Março com Sabores do Mar, não vamos agora dizer que é sabores do mar e do rio, no fundo percebe-se claramente o objetivo e dizem as boas práticas do marketing que estes slogans devem ser curtos, portanto penso que está muito bem como está.

A reunião com os pescadores, já disse o que é que fiz, portanto conseguimos de alguma forma que o senhor Capitão do Porto, e foi um esforço conjunto dos pescadores, não levasse ao extremo a sua decisão de encerramento da barra, ela ficou condicionada, e pedimos a audiência à Senhora Ministra do mar para lhe expormos as nossas preocupações relativamente a uma intervenção na barra.

Quanto à questão da aquisição de serviços, eu diria que tinha toda a razão, não fosse o facto de as empresas só quererem ir para onde lhes dá lucro. A grande diferença é essa, para aqui para Esposende, para Fão, para a Apúlia, não é preciso pagar nada porque eles já põem, porque tiram benefícios disso, se for para levar a fibra ótica para Gemeses, pode crer que as empresas não vão lá. A questão é essa, é que nós estamos a falar da cobertura integral de fibra ótica a todas as casas do concelho de Esposende, porque queremos ser um município desenvolvido e achamos que as pessoas de Gemeses, de Vila Chã, de Curvos, de Palmeira, de Forjães, de Fonte Boa e de Rio Tinto, têm tanto direito como as pessoas de Apúlia e de Fão e que me perdoem as pessoas daqui, mas a verdade é mesmo esta. Porque estão num meio mais urbano, não têm que ter mais direitos ou acesso a infraestruturas que não têm as freguesias do interior e só por isso é que nós acertamos com esta empresa esse estudo e posso-lhe dizer que se tudo correr bem, dentro de um ano teremos o concelho todo coberto com rede de fibra ótica em todos os lares e outro tipo de espaços no nosso concelho, como comerciais e empresas, etc que tanta falta faz.

Da esplanada de Ofir, respondendo ao Senhor Deputado Tito Evangelista, utilizou aí uma expressão que eu sinceramente não abono nada, quando diz que tem que mandar, isto não é uma questão de mandar, a questão é que nós em primeiro lugar temos que cumprir a lei, por minha vontade eu já disse aqui, aliás isto é um assunto recorrente e acredite que não é por falta de atividade por parte da Câmara, o problema é que eu faço tudo o que a lei me deixar fazer, o problema é que o juiz não permite que eu faça isso, a verdade é mesmo essa, há uma providência cautelar e estamos impedidos de demolir aquela esplanada por incrível que pareça, esta é que é a realidade, infelizmente.

Posso-lhe dizer que o juiz que está a apreciar a providência cautelar, ainda a semana passada pediu à Câmara, um dossier completo para avaliação. Nós temos andado permanentemente em cima disso, posso-lhe dizer por exemplo que em relação aquele espaço com frutas que estava ali à entrada de Esposende, à saída de Marinhãs, ele saiu de lá, nós notificamos e conseguimos, não houve providência cautelar e foi relativamente fácil, mas conseguimos porque apelamos à demolição, ali por incrível que pareça, num espaço público, não tem sido possível. É como lhe digo, eu desafio-o a consultar o processo e a ver, se houver alguma questão que o senhor ache que pode ser resolvida eu agradeço-lhe a sua ajuda neste processo, agradeço-lhe mesmo. Desafio-o a vir à Câmara na quarta-feira, falar com os nossos juristas, com as pessoas que estão a acompanhar, estamos a falar do Dr. Gomes Alves, não é uma pessoa qualquer, o senhor sabe muito bem a qualidade da pessoa que estamos a falar, o senhor fala com ele e articulam uma estratégia para que a esplanada seja demolida no dia a seguir e eu faço-lhe um Louvor público aqui nesta Assembleia, se o senhor encontrar uma solução que eles não tenham encontrado, porque aí também lhe digo, o que eu quero é demolir aquela esplanada, tão simples quanto isso, em função do abuso de poder, que eu considero um abuso de poder por parte das pessoas que estão ali e custa-me a perceber como é que o juiz pode dar provimento a uma providência cautelar. Estamos a contestar factos concretos, espero que o assunto se resolva.”

Terminada a intervenção do Senhor Presidente para responder às questões sobre a informação escrita, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, face à insistência de alguns deputados municipais para voltar a colocar questões, esclareceu que o próprio Regimento não permite que se coloquem novas questões, contudo iria conceder apenas um minuto aos senhores deputados e só para reformular alguma questão que não tenha sido respondida pelo Senhor Presidente.----

O Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, interveio nos seguintes termos:

“Em relação à barra há um aspeto que ainda não falamos que tem a ver com as dragagens, a dragagem da barra e do rio Cávado e o lançamento dessas areias para enchimento das praias, porque se tirássemos os milhares, ou milhões de metros de areia que estão a mais dentro do Cávado e a lançássemos para as praias, teríamos praias melhores nomeadamente as praias a sul, que são as praias de Ofir em Fão e as de Apúlia.

Quanto à questão da nova intervenção, que se está a pensar fazer, na minha opinião ela é uma asneira e portanto é gastar dinheiro mal gasto, já deu prova que os sacos de areia, aquilo não resolve o problema, aquilo precisa de uma obra pesada, uma obra do género da que fizeram no Douro e é por isso que nós temos que nos bater. Tem que se bater o Senhor e tenho que me bater eu e é isso que eu estou a fazer. Porque quando há pouco disse que o senhor Dr. Sérgio Mano no dia 20 fez uma intervenção em Barcelos sobre a navegabilidade do Cávado, é uma situação que é interessante, porque no dia 16, tivemos uma reunião aqui com os militantes do PS de Barcelos e de Esposende, na qual eu coloquei como condição para apoiar determinada solução política, exatamente arranjar a barra. E já agora dizia-lhe que não é só importante a navegabilidade do Cávado, é importante a navegabilidade e é importante termos uma ambição diferente para o Cávado, fazer do Cávado uma coisa completamente diferente do que é hoje em termos de uso do Cávado, isso implica construir uma Marina em Fão, implica construir um cais de acostagem na Barca, implica construir um cais de acostagem no Marachão, isso implica construir uma quantidade de infraestruturas ao longo do Cávado na

*zona do nosso concelho e influenciar Barcelos para o potenciar, portanto há uma quantidade de investimentos a fazermos no Cávado, para termos o Cávado de uma maneira diferente e com um apoio económico completamente diferente.
Quanto ao terreno de Forjães, o Senhor Presidente, expropria!"-----*

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Jorge Capitão, nos seguintes termos:

*"Já sei que a loja social vai mudar de instalações, para onde também já sei, para o espaço da Decozim. Não sei quando.
Também sei que uma empresa iria sair do concelho se não fosse possível aumentar as instalações, já agora, gostava de saber qual é o nome da empresa.
Outra situação, este espaço da Decozim foi escolhido por quem? A empresa permutou esse espaço para poder chegar a um acordo com a Câmara, a Câmara teve alguma opinião sobre o novo espaço? Qual foi o critério?
Também já sei que foi antes das eleições e não quis usar isto como propaganda política, também não sei porquê."-----*

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota; nos seguintes termos:

*"Muito obrigada, eu relativamente à questão da Estação Radionaval queria dizer o seguinte, não pode o Senhor Presidente da Câmara presumir que eu fiz a minha intervenção desconhecendo aquilo que vinha do passado. Não, eu conheço e por isso é que levantei a questão, acho é que a informação que deveria ter passado para o exterior deveria ter sido exatamente esta, como está aqui e não nos termos em que foi feita, porque de facto induz em erro e aí, há que ficar registado que, a deputada que agora usou da palavra conhecia o processo e isso é relevante esclarecer.
Relativamente à questão da fibra ótica, quando o Senhor Presidente diz que vai fazer a cobertura total, eu faço a seguinte questão, porque no base, nomeadamente na informação que consta no ajuste direto refere de facto, o levantamento de todas as infraestruturas existentes, capazes de sustentar o cabo de fibra ótica, a minha pergunta é, o que é que isto significa, se na prática esse todo é um todo, ou se poderá ser apenas uma parte."-----*

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

*"Eu não percebi muito bem, mas o Senhor Presidente deu o exemplo da Loja Social para justificar uma atividade económica?
Depois, o apoio ao arrendamento é algum projeto estruturante? Eu penso que não e não me respondeu à pergunta, quais foram os cinco projetos estruturantes? Penso que o apoio ao arrendamento não será.
Depois quanto à Escola, vai concordar comigo de certeza absoluta que, havendo esta primeira fase e se não conseguiu as verbas necessárias para aquilo que era preciso nesta primeira fase, não vai ser depois, quando já existe uma intervenção, que vai conseguir as verbas necessárias para uma segunda fase, porque há muitas outras escolas a serem intervencionadas e portanto parece-me um pouco utópico, pensar que vai conseguir essa verba para uma segunda fase.
Depois por fim, quanto à barra e à restinga, afinal eu pergunto que intervenção é que a Câmara teve neste processo? Parece que não teve intervenção absolutamente nenhuma."-----*

E por último interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Anabela Solinho, nos seguintes termos:

“Em relação à paragem de autocarros em Apúlia que tem um dos vidros partido, vai demorar muito a ser resolvido?”-----

Interveio o Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer nos seguintes termos:

“Relativamente à paragem de autocarros obviamente que vamos reparar, eu não sei se o pedido já chegou à Câmara, se não chegou, não era do meu conhecimento. Obviamente que vamos reparar o abrigo de passageiros, como é normal em todas as circunstâncias.

Relativamente ao deputado Tito Evangelista, nem falamos da questão das dragagens, mas isso foi um assunto que foi lançado aqui como sabe, no seguimento daquela reunião com os pescadores, até deu notícia depois, penso que saiu no Correio da Manhã e o Correio do Minho também tratou o assunto, porque foi proposto de facto e está a ser preparado esse dossier para ser apresentado ao Senhor Ministro, com a possibilidade de uma draga que possa trabalhar aqui nesta zona norte litoral, e estar no fundo disponível para os estuários dos vários rios que aqui temos e isso seria um avanço enorme. Sendo que está previsto no Litoral 21 esses shots de areia, a reposição de areias nas praias, portanto o que disse, confere com aquilo que é a nossa vontade também em resolver o problema. Portanto, a existência de dragagens e a colocação das areias quer para composição da própria restinga que ela precisa de areia, quer para alimentar as praias que estão subjacentes.

Quanto à questão de Barcelos que estava a dizer, a ideia não é nova eu quando disse que foi o Dr. Sérgio que a levou, não é nova de todo já tantas vezes se falou, até aqui nesta Assembleia. A ideia não é nova, é uma vontade só que ela, de facto tem que resultar de um trabalho em conjunto entre os dois municípios, tão simples quanto isso. Deve ser por isso que ela foi tão bem acolhida, de tal maneira que ao fim de dois dias já estávamos no fundo a falar a mesma linguagem e a tentar trazer quem pode decidir estas matérias, que é no caso concreto a APA, que nos pode ajudar quer para as autorizações necessárias, porque estamos a mexer nos leitos dos rios, quer depois para a possibilidade de financiamento e portanto só lhe posso dizer que as coisas estão bem encaminhadas e no próximo dia 6 já há uma reunião marcada aqui em Esposende veja lá, para tratar esse assunto. E já estava agendada, não fui eu que a criei neste momento.

Responderei a seguir sobre a questão das nomeações e do SIRESP, mas são verdades que são inalienáveis e neste momento não se pode, passou um bocadinho ao lado, mas a verdade é que isto aconteceu mesmo.

Quanto à questão da loja social, mudaremos logo que esteja concluída a permuta e as obras feitas, tão simples quanto isso. Temos uma empreitada para lançar, adaptação do espaço, transferência de tudo o que está na loja atual para essa e portanto, será alterado.

Quanto à questão da empresa eu não sei exatamente o nome, eles têm várias designações, é Irmãos Moreira, ou Moreira e qualquer coisa, é Stilo, é a empresa que está lá ao lado, uma empresa de carpintaria. Não foi feito acordo nenhum, tanto não foi, que ainda não está agora feito. O que aconteceu é que essa necessidade foi trazida ao município antes das eleições, é verdade, há um ano a esta parte sensivelmente, verificamos a situação, eles entretanto

compraram outro pavilhão, com outra intenção e servia-nos para a permuta, muito bem. Não tivemos qualquer intervenção. Eles estavam na posse desse pavilhão e fizeram-nos essa proposta de permuta.

Quanto à questão da senhora deputada Tânia Mota, da Estação Radionaval, cada vez que eu falar da Estação Radionaval tenho que dizer compramos trinta e cinco mil quinhentos e sessenta metros da Estação Radionaval, é isso? Eu acho que é a Estação Radionaval, é a parte que tem todos os equipamentos, o resto são terrenos apenas, portanto isso é uma questão de retórica, não tem qualquer interesse.

Quanto à questão das infraestruturas capazes, pois capazes, são os fogos, as empresas, etc, eles vão levar onde existem e claro que a infraestrutura fica colocada e se aparecerem outras, naturalmente que serão servidas porque é do interesse geral.

Só uma questão que é muito importante, estamos a falar de uma infraestrutura que fica disponível para qualquer operador, enquanto se for fibra colocada pela, passo a publicidade, pela Vodafone, pela Nos, ou pela Meo, acaba por ser para aquele operador, ali é um canal que fica disponibilizado para qualquer operador. Portanto ao chegar a casa da pessoa pode negociar com quem quiser e tem o canal disponível ali, o que me parece ser uma vantagem. Mas como lhe disse, os operadores só levam onde têm lucro, é normal, claro é uma lógica comercial e de lucro, aqui estamos a falar de uma coisa completamente distinta que é levar aos locais mais afastados e concordará com isso, com toda a certeza.

Quanto à senhora deputada Sandra Bernardino, eu acho por acaso, que o apoio ao arrendamento é um projeto estruturante. Repare que nós evoluímos de uma situação de habitação tal qual nós conhecemos nos bairros habitacionais, para uma situação em que qualquer pessoa em qualquer lugar pode ter um apoio ao arrendamento, desde que tenha carências económicas, para mim isto é um projeto estruturante para o município e vai ao encontro da dignidade das pessoas, tanto é, que até temos aqui uma alteração a esse Regulamento, ao Habita +, para permitir que as pessoas que não tenham acesso a uma determinada tipologia, porque há dificuldades neste momento em encontrar tipologias adequadas às necessidades, não há T1 praticamente para arrendamento e possam ter acesso a outra tipologia, um T2 imagine, mas não recebem mais por causa disso, recebem sempre a parte proporcional ao T1, mas não deixam de poder habitar esse mesmo espaço.

Para mim tudo o que tem a ver com a área social é um projeto estruturante para o município, porque a componente social é importante para todos, não quer dizer que as outras não sejam.

Quanto à Escola Secundária Henrique Medina, repare eu já repeti isto mil vezes, nós fizemos muito mais do que aquilo que eramos obrigados a fazer. Não era da nossa competência, simplesmente era muito mais confortável para mim estar aqui a dizer mal do Governo fosse lá ele qual fosse e a exigir para o meu município como muitos fazem, nós fizemos o contrário. Resolvemos pôr pés ao caminho e tentar encontrar uma solução, caso contrário hoje teríamos zero para a Escola Henrique Medina. A comparação não é entre aquilo que temos mais aquilo que podíamos ter, é entre o que temos e aquilo que não teríamos com toda a certeza, teríamos zero, porque ninguém fez nada pela Escola de Esposende, lembre-se disso, ninguém fez nada para resolver aquele problema, pelo menos da parte da Tutela, entenda-se, não vou dizer que quem cá esteve não fez, porque não sei exatamente o que fez, agora nós, fizemos. Pusemos pés

ao caminho e conseguimos arranjar dois milhões de euros, não é bom, mas é alguma coisa, é razoável. Portanto, eu não acho nada que tenha falhado neste objetivo, só acho é que ficou alguém daquilo que eram as minhas expetativas também, isso é verdade.

Quanto à questão da barra, nós não fizemos nada?

Nós conseguimos a parte mais importante que é levar as entidades a intervir, eu não vou lá carregar sacos de areia, agora, se há um projeto, que estava no programa Polis, a ação 2.6 do programa Polis de 2009 e nós conseguimos convencer a Tutela, as entidades que estão neste momento a intervir no território a vir ali fazer a obra, a fazer aquele molhe, custou oitocentos mil euros, aquela estrutura de pedra que lá está, então isso não é nada?

Não está à espera que eu vá carregar pedras para lá, se fosse para resolver o problema também ia, vamos todos dar uma mão, mas a verdade é mesmo esta, não há outra forma de encarar a situação, eu fiz aquilo que é suposto um Presidente de Câmara fazer, que é convencer quem tem possibilidades para o fazer, é por isso que eu, também de alguma forma, apelo ao Dr. Tito, para que, na medida do possível, junto do Governo e todos aqueles que o possam fazer, ajudem a resolver este problema."-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA AL. A) DO Nº 1 DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 01 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2017, nos termos da al. a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.02 – DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2017 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA AL. B) DO Nº 1 DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 01 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31/12/2017, nos termos da al. b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.03 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2017 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS

DO Nº 2 DO ARTº 32º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão, Relatório Anual de Atividades de 2017 da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende datado de 31 de janeiro de 2018, para conhecimento. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelas 23h50m ausentou-se o senhor deputado municipal José Maria Losa Esteves.-----

02.04 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO NO PERÍODO 2017-2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 83º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão para deliberação, proposta da CIM do Cávado, com vista à eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Cávado, nos termos do artigo 83º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como efetivos os senhores deputados municipais Manuel Albino Penteado Neiva, Paulo Marques, Goreti Lima e João Felgueiras, e como suplentes os senhores deputados municipais António Morgado, Tânia Lima da Mota e Cepa Carneiro.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 17 VOTOS A FAVOR E 2 VOTOS NULOS, E DESIGNAR PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO NO PERÍODO 2017-2021, COMO EFETIVOS OS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA, PAULO MARQUES, GORETI LIMA E JOÃO FELGUEIRAS, E COMO SUPLENTE OS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ANTÓNIO MORGADO, TÂNIA LIMA DA MOTA E CEPAL CARNEIRO.-----

02.05 - ELEIÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que promova a eleição dos seus representantes na Comissão Alargada da CPCJ, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como representantes na Comissão Alargada da CPCJ os senhores deputados municipais José Carlos Barbosa, Otílio da Silva Hipólito, Zélia Susete Rosas Fernandes e Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 18 VOTOS A FAVOR, 5 VOTOS BRANCOS, 4 VOTOS NULOS E 1 ABSTENÇÃO, E DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO NA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, OS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS JOSÉ CARLOS BARBOSA, OTÍLIO DA SILVA HIPÓLITO, ZÉLIA SUSETE ROSAS FERNANDES E MARIA ALEXANDRA CAMPOS ESTEVES FARIA DE VILAR.-----

02.06 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 3º-D DO DECRETO-LEI Nº 124/2006 DE 28 DE MAIO, REPUBLICADO PELA LEI Nº 76/2017 DE 17 DE AGOSTO, DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º E DO Nº 3 DO ARTIGO 55º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão proposta para que Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição do seu representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como representantes na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios o senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos – Mário Ferreira Fernandes.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 17 VOTOS A FAVOR, 5 VOTOS BRANCOS, 4 VOTOS NULOS E 2 ABSTENÇÕES, E DESIGNAR PARA REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS O SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE

FARO E CURVOS – MÁRIO FERREIRA FERNANDES.-----

02.07 – ELEIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. C) DO Nº 1 DO ARTIGO 26º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi apresentada uma proposta pelo Presidente da Mesa para ser constituída uma Comissão Permanente nos moldes que constam no próprio Regimento, não indicando quem são mas sim, as pessoas que ocupam os lugares, sendo esta constituída pelo Presidente da Mesa que preside, pelos restantes membros da Mesa e pelos Presidentes dos diferentes Grupos Políticos, ou quem eles indicarem.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E ASSIM ELEGER ATÉ À ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A COMISSÃO PERMANENTE QUE, CONFORME DISPÕE O NÚMERO 4 DO ARTIGO 25º DO REGIMENTO, SEJA CONSTITUÍDA PELA MESA DA ASSEMBLEIA E PELOS PRESIDENTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS.-----

02.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DOS PROJETOS DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DE ESPOSENDE, MARINHAS, FÃO E APÚLIA, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO DL Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de dezembro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal dos Projetos de Operações de Reabilitação Urbana de Esposende, Marinhas, Fão e Apúlia, nos termos do nº 1 do artigo 17º do DL nº 307/2009, de 23 de outubro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DOS PROJETOS DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DE ESPOSENDE, MARINHAS, FÃO E APÚLIA, NOS TERMOS APRESENTADOS.-----

02.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, E RATIFICAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA AL. G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de janeiro de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara

Municipal de Alteração ao Regulamento Municipal do Programa Habita +, e Ratificação das Medidas Preventivas aprovadas pela Câmara Municipal, nos termos da al. g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão e por existirem dúvidas relativamente à proposta apresentada, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, suspendeu os trabalhos por 2 minutos para análise da mesma.-----

Pelas 00 horas e trinta e quatro minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES E POR SUGESTÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RETIRAR ESTE ASSUNTO DA ORDEM DE TRABALHOS E DEVOLVER À CÂMARA MUNICIPAL PARA CUMPRIMENTO DE FORMALIDADES ADMINISTRATIVAS.-----

02.10 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DA ESTAÇÃO RADIONAVAL ALMIRANTE RAMOS PEREIRA DA APÚLIA, NOS TERMOS DA AL. D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para Aquisição da Estação Radionaval Almirante Ramos Pereira da Apúlia, nos termos da al. i) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto tendo sido distribuído por todos os representantes dos diferentes grupos políticos, cópia de um documento resultante da reunião ocorrida em 17 de setembro de 2013 em Lisboa, com a presença do Eng.º Bernardo Alabaça, Sub-Diretor da Direção Geral do Tesouro e Finanças de Lisboa, com quem eram negociados diretamente os imóveis da Marinha e do Ministério da Defesa, e o anterior Presidente da Câmara de Esposende, onde estão bem plasmadas as condições que à data estavam em cima da mesa.

Em suma, pelo Senhor Presidente foi referido o seguinte:

“A respeito do quão mau negócio a Câmara fez para o município e do quanto o Presidente prejudicou o município, em relação às condições que tinham sido inicialmente apresentadas, o valor da proposta que existia para a parte do imóvel que a Câmara comprou agora, era de um milhão e cem mil euros, para 39.150 metros, isto dava um valor por metro quadrado de 28,10€/m². O péssimo negócio que a Câmara fez agora, foi comprar 35.560 metros, por novecentos e trinta e seis mil euros, que dá um custo por metro quadrado de 26,32€/m². O negócio foi tão mau, que a Câmara conseguiu poupar praticamente dois euros por metro quadrado. A poupança direta foi de (menos) sessenta e três mil euros e como podem ver no

documento, não é verdade que fosse sem juros está aí preto no branco "alienação à Câmara, pagamento em seis anos, juro de 5%" este documento veio da Direção Geral das Finanças de Lisboa, não fui eu que o inventei. Se fizermos as contas, estamos a falar de cento e noventa e dois mil euros de juros. Com a proposta que nós fizemos de pagarmos de imediato com o nosso dinheiro, o juro seria 0%, mesmo admitindo que recorrêssemos ao nosso empréstimo, o juro está neste momento a 1,009 %, o que quer dizer que nós pagaríamos, trinta e três mil euros de juros ao fim deste tempo, que não vamos pagar nada, porque pagamos de imediato. Portanto, somando estas parcelas todas, os sessenta e três mil euros que nós poupamos na primeira situação, mais os cento e vinte e seis mil euros que poupamos no Forte S. João, mais os cento e noventa e dois mil euros que poupamos de juros, o negócio ficou mais em conta para o município em trezentos e oitenta e um mil euros. O péssimo negócio que a Câmara Municipal fez e que foi anunciado por tudo quanto era blogue e jornal, resultou num benefício de trezentos e oitenta e um mil euros a favor do município. Qual era o interesse da Câmara, de ir junto da Tutela, apresentar condições mais desfavoráveis do que aquelas que estavam negociadas? Aqui o que se conseguiu, foi comprar um imóvel fundamental para o desenvolvimento do concelho de Esposende, ninguém tem dúvida, e as condições negociadas foram muito melhores do que aquelas que estavam negociadas inicialmente. Sendo certo que aí, ainda refere que era preciso avaliar com a Marinha a questão das servidões, porque queriam-nos impor que nós negociássemos com os privados umas parcelas para colocar futuramente umas antenas e tínhamos um problema acrescido.

Porque é que nós não compramos os 39.150 metros quadrados?

Inicialmente até se ponderava comprar duas parcelas, não as compramos porque permitimos que se fizesse um acesso direto pela parte poente do terreno que nós acabamos de adquirir, daí que se subtraísse quatro mil metros.

A Marinha consegue hoje, entrar na parcela mais a sul. Se verificarem as plantas conseguem ver isso, entrando pela zona do campo de futebol antigo que existia lá na Estação Radionaval. Entra por ali, percorre pela parte poente da nossa parcela, são os tais quatro mil metros de que nós tivemos que abdicar, para que, não tivéssemos que andar a negociar com privados um acesso direto à Estrada Nacional, que iria ser complicado e demorar imenso tempo.

A Marinha necessita de acesso direto à Estrada Nacional 13 e à parcela C, a manter.

Nada disto era uma proposta final, eram as condições do negócio e nós tivemos que fazer muita coisa, para chegar ao ponto que chegamos hoje. Nós compramos mais barato o metro quadrado e no Forte S. João a mesma coisa, só no Forte S. João, são cento e vinte e seis mil euros a menos, do que aquilo que estava negociado.

Espero que fique aqui esclarecida esta questão e espero que, em relação à proposta, esta Assembleia a vote favoravelmente, porque após este momento, será remetido ao Tribunal de Contas, porque carece do seu visto, para podermos efetivamente passar esse imóvel para o município, que acredito tendo em conta o município de Esposende e o Estado, o visto seja emitido com alguma celeridade e que possamos dentro de um mês o mais tardar ter aquele imóvel na posse da Câmara, para iniciarmos esse grande projeto com a Universidade do Minho."

O Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, interveio nos seguintes termos:

“Fico muito contente que tenha sido um Governo do Partido Socialista a permitir isso, que era concluir um processo que andava há anos e anos, desde o Governo anterior e que nunca se concluiu.

Quanto à questão que aqui colocou e atendendo ao que foi escrito e ao que consta de atas, eu estava à espera que estivesse cá hoje, o Senhor Vereador João Cepa para esclarecer isso, era importante a sua audição para se defender. Não ponho em causa o teor do documento que aqui foi trazido da Direção Geral do Tesouro e Finanças, mas também não sabemos se houve outras reuniões, outras atas que tenham dito coisa diferente do que aqui consta, e por isso, é que era importante a audição do Senhor Vereador João Cepa.

Isto não deixa de ser muito estranho que, tendo sido o Senhor Presidente da Câmara atual, Vice-Presidente em 2013 da Câmara, em exercício das suas funções, numa altura já quase a passar a pasta, estamos a falar em setembro de 2013, concordo que nessa altura o Senhor Presidente estaria em campanha eleitoral, mas certamente sendo Vice-Presidente, não sei que tipo de gestão faz o PSD, mas certamente sendo Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Presidente não sabia disto? Dá a entender que não, pelas informações contrárias que vêm agora a público, das duas uma, ou o Senhor Presidente da época João Cepa não lhe dizia o que se passava, ou então, resumindo e concluindo, alguém está a mentir. Não se pode dizer duas coisas diferentes perante o mesmo facto, totalmente contraditórias.

O que eu proponha, se o Senhor Presidente da Assembleia concordar, se o Senhor Presidente da Câmara não vê obstáculo nisso, e se esta Assembleia Municipal aprovar, era que se retirasse este assunto desta Assembleia e se agendasse a continuidade desta Assembleia para uma data muito próxima, em que o Senhor Vereador João Cepa estivesse presente, para dizer o que é que se passa aqui, porque isto é muito estranho. Ele escreve o que escreve, diz o que diz, é publicado o que é, e o Senhor Presidente agora chega aqui e junta-nos isto, eu acho que isto carece de uma explicação do Vereador João Cepa.”

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, mas é que nem pensar! Era só o que faltava depois de tantos anos à espera de um documento destes, retirar o assunto da Assembleia Municipal, peço desculpa mas nunca o faria. Nem o Senhor faria se estivesse no meu lugar, isso é pura retórica política. Primeiro quero-lhe dizer que isto não foi só o Governo anterior que não resolveu isto, foram os sucessivos Governos do Partido Socialista, que também não resolveram no passado, porque este assunto não é de há quatro anos, este assunto vem muito lá de trás e portanto aí as culpas terão que ser partilhadas por todos. É verdade que o Governo PSD-CDS não resolveu, é verdade!

Mas também é verdade e também fico contente, também já lhe digo e não tenho qualquer problema em dizer isso, é um facto, neste contexto não há nada a dizer, mal seria, não posso mentir, os factos impõem-se. Agora, também podia ter sido resolvido muito tempo antes, pelo Governo do Partido Socialista e não foi, em tempo próprio e não foi.

Quanto ao resto repare, estamos praticamente, dezassete de setembro é o início da campanha eleitoral, como sabe. Portanto, foi a última reunião que ocorreu com a Direção Geral do Tesouro e das Finanças, não houve outra, é desta que se fala, é da reunião de setembro de 2013, é este o resultado, eram estas as condições que estavam em cima da mesa e nunca esteve em causa, desde o início que fomos a Lisboa, tentamos por todos os meios e mais alguns

ultrapassar o problema e felizmente agora ultrapassou-se, não há mais por onde pegar e não tenho muito mais a dizer. Retirar nem pensar, está fora de questão completamente. O assunto é para votar, para andar para a frente, nós não pusemos esta verba, novecentos e trinta e seis mil euros no nosso orçamento, para andar a adiar um assunto tão importante para o Município de Esposende.”-----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“Desde já eu tenho que lamentar o facto de terem trazido aqui à baila, o nome do Vereador João Cepa na sua ausência, foi assim feito, portanto nós vamos, a bancada vai, solicitar que numa próxima Assembleia, o mesmo venha aqui esclarecer.

Relativamente a esta proposta, nós queremos começar por chamar aqui, ou recordar um trecho de uma notícia publicada em janeiro de 2016, no jornal Correio do Minho, que diz assim: “À margem da cerimónia de inauguração das obras de ampliação do cemitério de Apúlia, o autarca adiantou que a Câmara já aceitou a avaliação dos edifícios e dos cento e quarenta mil metros quadrados da Estação Radionaval, por cerca de 1,5 milhões de euros.”

O que nós perguntamos é, o que é que aconteceu, desde janeiro de 2016 até agora, para que a Câmara desistisse de adquirir a totalidade, ou pelo menos os dois principais polígonos da Estação Radionaval.

Quanto à questão dos novecentos mil euros de uma só vez, já explicou aqui, pelos vistos havia juros, desconhecia isso, achava que se conseguia pagar mediante um empréstimo durante seis meses, sem juros, não sei se é assim ou não.

Quanto é que vai custar o Instituto de investigação que a Câmara decidiu criar na Estação Radionaval?

Quem é que o vai financiar e que garantias existem neste momento que haverá financiamento do Estado, a Fundos Comunitários?

Quando é que vai arrancar a criação do Instituto?

Gostava mesmo de saber quantos postos de trabalho é que estão previstos com a criação deste projeto?

Que interação é que a população vai ter com este Instituto, se vai ser como foi até agora que é ver de fora, ou se vai haver alguma interação?

E por fim, a Câmara opta por não adquirir o polígono norte que estava destinado como sabe à construção de um centro escolar em Apúlia e prepara-se para gastar mais de quatrocentos mil euros na requalificação da escola do Facho. Eu pergunto, a Câmara assume que não irá construir o Centro Escolar de Apúlia e também já agora, o Centro Escolar de Marinhas?”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, nos seguintes termos:

“Nós concordamos que é bom dar alguma utilidade aquela estrutura, concordamos com o objetivo e que aquela instituição tem que ser dignificada, mas, esta explicação é um pouco nublosa. Não ficou muito bem esclarecida esta parceria com a Universidade do Minho, para a criação do Instituto da Ciência e Tecnologia Marítima, que benefícios terá o Concelho no geral e as vantagens para a população em particular.”-----

Intervio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, nos seguintes termos:

“Em relação à questão das condições do negócio dizer o seguinte, face aquilo que o Senhor Presidente aqui referiu e que vai ficar registado, vai ficar em ata, vou confiar nessas palavras, sendo certo que se outro esclarecimento houver que vá contra aquilo que aqui foi dito, pois então, teremos um problema muito sério, muito grave para resolver à frente, mas espero que tal não venha a suceder.

Entretanto algumas questões:

Nomeadamente, como pensa no fundo o executivo, implementar a instalação deste Instituto Multidisciplinar?

Quais são as ideias ou as linhas para o respetivo desenvolvimento?

Qual vai ser o investimento que vai ser necessário fazer para dar corpo, para materializar a instalação do Instituto?

Se por ventura pensar numa rentabilização do espaço, quais são os critérios, no fundo, um esclarecimento geral de qual será o benefício para o Concelho da instalação do Instituto Multidisciplinar?”

O Senhor Presidente esclareceu nos seguintes termos:

“Da questão colocada pela deputada Sandra Bernardino, é curioso como se constrói um discurso, à volta de uma coisa que não é verdade. É dizer “porque é que nós desistimos de comprar a outra parte” ... quem é que disse que nós desistimos de comprar a outra parte? É que não é assim, a Tutela é que não quis vender a outra parte. É que é uma coisa completamente diferente. Isso querer, nós queríamos, nós sempre quisemos comprar os dois terrenos. Nós só não os compramos, porque a dada altura a Tutela disse-nos, aliás está aqui escrito no tal documento, que era preciso reunir com a Marinha, quando reunimos com a Marinha eles disseram “Não, não, nós precisamos desses dois espaços, nós vendemos apenas a parte que tem as edificações” e por isso é que nós não desistimos de nada.

A falta de diálogo, de facto, traz coisas terríveis e constrói-se uma ideia completamente errada. Não foi nada assim. Nós temos todas as provas de que assim foi, nessas várias reuniões que fizemos disseram-nos que não era possível, só estavam disponíveis para vender aquela parte e tentamos encontrar a melhor solução para aquela parte. Tão simples quanto isso. Houve mudança de Governo e portanto, havia uma parte que não vendiam que era a parte a sul e a essa tinha que se garantir o acesso à estrada nacional tal como está aí escrito, e essa parte era inalienável. Essa não vendiam, vendiam só as outras duas partes, são só três. Vendiam a parte que nós acabamos de comprar agora e a outra parte é onde estava o campo de futebol antigo, junto aquela estradinha de acesso e quem é de Apúlia sabe do que é que eu estou a falar. Essas duas eram para vender, só que as coisas evoluíram e quando fomos falar com eles para no fundo tentar fechar o negócio, ver as condições do negócio, eles disseram que não. Nós reunimos com a Marinha, com os mais altos responsáveis da Marinha, eles disseram-nos “nós precisamos destes dois espaços, estamos disponíveis para alienar esta parte aqui”. Portanto, tudo o resto é uma falácia completa. Isto é a realidade dos factos comprováveis pela vária tramitação que existe de e-mails, etc. Portanto, não lhe consigo responder a outras coisas que estão agarradas a essa ideia de que fomos nós que desistimos.

Não fomos nós, foi a Tutela que não quis.

Quanto vai custar o Instituto? Bom, pelo menos já temos aqui uma evolução, agora já está toda a gente preocupada com o que vamos lá fazer. Eu pensei nisso antes, foi antes disso. Foi encontrar no fundo, porque se falava muito da criação de um Resort e da colocação de uns

Hotéis e umas coisas assim, eu quis que ficasse bem claro, que comigo isso não ia acontecer. Porque para Hotéis e Resorts há muitos terrenos em Apúlia ainda à venda, é só comprá-los. Aquilo que era do Estado, imóveis em degradação, que é uma vergonha para todos aquilo que lá está, era para utilidade pública e a mesma coisa em relação ao Forte, também tive muita gente a vir aqui à Câmara a querer meter lá bares e discotecas, tudo e mais alguma coisa, nem os recebia. Rejeitei completamente esse tipo de postura, é para, sempre numa lógica de serviço público, de estar ao serviço das populações que foi para isso eu eles foram construídos de uma forma ou de outra. Tão simples quanto isto.

Foi essa a nossa orientação e aquilo que nós queríamos para esses dois imóveis. Daí que encontrássemos um parceiro, que eu acho que não podíamos encontrar melhor, como a Universidade do Minho. Tudo o que lá vai ser feito eu reporto para lerem o acordo que foi feito, não lhes vou estar aqui a explicar tudo, mas eu nem respondo à pergunta em que é que isto vai ser bom para o município, com todo o respeito mas não respondo. É tão evidente, mas é tão evidente os ganhos, em termos daquilo que é o posicionamento de Esposende, a parceria com a Universidade do Minho, a criação de emprego, obviamente que criará emprego, criará dinâmicas no território, o que é preciso dizer mais? Contabilizar? Não sei quanto dinheiro vai advir dali para a economia local, mas tenho a certeza que, quanto mais não fosse, em termos de promoção do próprio território, não esquecendo que há uma alínea lá, naquele acordo que diz que vai ficar aqui instalada a sede de um grupo internacional de investigação, está lá escrito. Temos a participação do Instituto Hidrográfico também aqui conosco. É a Universidade do Minho que tem mais de 10.000 alunos neste momento, é a Instituição maior aqui da nossa região, os ganhos são mais do que evidentes.

Quanto à questão da escola do Facho, a questão dos Centros Escolares, vamos ser claros, houve um momento em que era possível fazer Centros Escolares, quando havia financiamento por parte da Tutela e custaram muito dinheiro, o de Forjães custou dois milhões e duzentos mil euros, o de Fão um milhão e setecentos, ou um milhão e oitocentos mil euros, o de Esposende para cima de um milhão de euros de certeza, neste momento não há financiamento para Centros Escolares. A Câmara por si mesma, nunca por nunca, iria avançar com a construção de um Centro Escolar a pagar dois ou três milhões do seu próprio bolso, está fora de questão. Quer a resposta se vai haver Centro Escolar em Apúlia e nas Marinhas? Não! Não vai haver Centro Escolar nessas freguesias. Não vai porque não pode, porque não há dinheiro para isso e mais, as opções dos próprios Presidentes de Junta, tem sido e não estou a dizer do Sr. Presidente Luís Peixoto porque nunca falamos verdadeiramente sobre este assunto, nunca o tratamos dessa forma, mas sei que o Aurélio que está aqui e assumo aquilo que é o posicionamento dele, a importância da existência das escolas nos vários lugares das Marinhas, sobrepõe-se claramente a uma lógica de um Centro Escolar, e portanto, e porque não quero abdicar dessas mesmas escolas, aliás não andamos agora nós a gastar dinheiro a mudar as coberturas, a pintar as escolas todas do ensino do primeiro ciclo do pré-escolar, que essas sim são da nossa responsabilidade, da mesma forma que estamos a fazê-lo na escola do Facho, para amanhã voltarmos atrás, construirmos um Centro Escolar e deitarmos isso tudo ao lixo. Portanto, a nossa estratégia está muito bem definida, não vai haver mais Centros Escolares no concelho de Esposende, enquanto eu estiver por aqui e não houver financiamento. Porque se houver financiamento do Estado, ou Fundos Comunitários, a gente pode muito bem repensar uma estratégia, dentro daquilo que seja a vontade da Comunidade Escolar e das Juntas de Freguesia, agora por minha iniciativa, é impossível, só se os Senhores Presidentes de Junta quiserem abdicar dos investimentos nas suas freguesias durante um

mandato, ou dois, aí a gente pode repensar isso, mas não me parece que seja esse o sentido das coisas. Portanto, eu percebo o objetivo da pergunta, é dizer à população: “você não vão ter Centro Escolar”. Mas a população não quer isso, é uma estratégia errada, posso-vos dizer. A população quer é proximidade, eventualmente escolas mais pequenas e que funcionem, que não fechem escolas, também é importante, caso contrário lembrem-se, um Centro Escolar, neste momento em Marinhas era para fechar todas as escolas que estão ali à volta, é preciso ter consciência disso e depois quem quiser que assuma, o ónus de fazer isso.

A questão do senhor deputado Cepa Carneiro com todo o respeito que tenho por si, Sr. Dr. mas, os benefícios são enormes, não sei se teve oportunidade mas aconselho-o a ler o acordo que nós celebramos com a Universidade do Minho, vai ver que, em boa verdade quem vai desenvolver o Instituto é a Universidade do Minho, nós somos parceiros e temos que criar condições para fixar essas entidades aqui, no nosso território, que nunca se conseguiu no passado. Eu recorro, que nós estamos a dar passos que nunca foram atingidos no passado, e muita gente o quis fazer e não conseguiu, e nós conseguimos cativar a atenção dessas entidades, e o interesse no nosso território, os benefícios serão enormes, tenho a certeza absoluta, de acordo com a ocupação que será feita desse mesmo espaço. E a parceria mal explicada é que não foi de certeza, foi de carácter público, numa sessão que decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal, portanto não foi de certeza.

Deputada Tânia, eu ia dizer que a senhora é como S. Tomé, mas é um bocadinho pior, porque já tem provas na mão, eu entreguei-lhe uma prova e nem assim acredita. S. Tomé queria ver, tocar nas chagas de Cristo. Eu entreguei-lhe um documento e a senhora, mesmo assim não acredita no que está aí escrito.

Digo-lhe com toda a sinceridade, não falei aqui do nome de ninguém. Quando os factos têm determinados personagens, eu não posso falar deles, sem falar dos personagens, ou dos protagonistas, mas isso não tem mal algum. Eu espero que, aliás eu fiz uma declaração de voto na Câmara Municipal expliquei na declaração de voto aquilo que foi dito aqui, só que aqui eu mostrei uma prova, daquilo que eram as negociações da altura, felizmente ela existia. Por isso é que eu digo e peço desculpa, é um bocadinho pior que S. Tomé porque nem com uma prova, nem tocando nas chagas de Cristo, a Sr.ª Dr.ª acredita.

Querem sangue não é, mas da minha parte não vão ter, eu tenho o máximo respeito pelo meu antecessor, podem pensar que não, em virtude de muitas circunstâncias, mas eu sei que não é fácil estar neste lugar. Eu sei muito bem, o Dr. Tito sabe-o muito bem, porque por ventura também já aqui estive e todos tentamos, acredito eu, todos tentamos fazer o melhor no tempo em que cá estamos. Às vezes não conseguimos, às vezes conseguimos coisas melhores, piores, não é por aí, eu não posso é ver o meu nome colocado na praça pública, a dizerem que eu fiz uma má opção, prejudiquei o município, que não soube negociar, e eu chegar aqui calar-me, não isso eu não faço, e por acaso não está aqui o Senhor Vereador João Cepa, mas se estivesse, eu diria exatamente a mesma coisa, porque eu trazia as coisas para entregar, não era para me fechar em copas, mas há-de estar na próxima vez cá estará, digo eu e portanto, teremos oportunidade de esclarecer todas as coisas, sem qualquer tipo de problema. “-----

Usou novamente da palavra a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, nos seguintes termos:

“O alcance daquilo que eu disse no fundo é, o Senhor Presidente prestou um esclarecimento,

pela minha parte ouvi, registei e confio nele, fica aqui registado. Só acrescentei foi, em face do contraditório, se houver alguma coisa que vá contra aquilo que aqui foi dito, pois é evidente não é. Aquilo que eu disse, o alcance foi, que ouvi, registei e que confio.-----
Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DA ESTAÇÃO RADIONAVAL ALMIRANTE RAMOS PEREIRA DA APÚLIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO PS, DO CDS-PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT E DO MEMBRO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor porque concordamos que, é muito importante e positivo para o município a aquisição da parte da Estação Radionaval de Apúlia que foi adquirida e congratulamo-nos que tenha sido permitida por um Governo do Partido Socialista. Acrescentamos ainda, que pela explicação que foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo documento que foi fornecido aos grupos políticos, ficamos a saber que em 17 de setembro de 2013, haveria eventualmente a possibilidade de duas partes, ou duas parcelas terem sido adquiridas e que, até novembro de 2015 enquanto esteve em funções o Governo anterior, em dois anos, não foi possível concretizarem esse negócio, que foi possível nos dois anos imediatos, com o Governo do Partido Socialista.*

Lamento apenas, porque acho que era bom para o esclarecimento da população e para memória futura, que não estivesse presente o antigo Presidente da Câmara, que hoje é Vereador da Câmara Municipal, que nos pudesse esclarecer, não só o teor das declarações de voto, como as declarações públicas que foram emitidas por ele, sobre o presente assunto e que, deixam algumas dúvidas sobre o que efetivamente se passou. É pena também, que o Senhor Presidente da Câmara não tenha aceite suspender esta Assembleia, ainda que por pouco tempo e continuássemos com a discussão deste assunto, com a presença do Senhor Vereador, antigo Presidente da Câmara, que acho que seria muito esclarecedor para os senhores deputados municipais e para a população do município.

De qualquer modo, sem dúvida que é uma aquisição importante para o município, não só da Estação Radionaval de Apúlia, como também do Forte S. João, embora não seja a aquisição da propriedade, mas a concessão daquele espaço de dentro, e faço votos para que sejam lá instalados serviços que venham a promover o município e que a Câmara agora, se empenhe a recuperar rapidamente os espaços e não deixe que continuem ao abandono como têm estado, com muito prejuízo para as populações locais e para o concelho em geral.”-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Não obstante concordarmos que se invista na Estação Radionaval da Apúlia, abstemo-nos porque entendemos que a proposta assim formulada não defende totalmente os superiores interesses dos municípios e do Município.*

Abstemo-nos porque não é clara a vantagem para a população; porque não nos foi demonstrado que irão ser criados postos de trabalho e que a população poderá interagir com

o espaço, a partir do momento em que for criado o Instituto Multidisciplinar de Ciências e Tecnologia Marinha.”-----

02.11 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NAS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DA AL. K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para Celebração dos Acordos de Execução para a Concretização da Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Esposende nas Juntas de Freguesia, nos termos da al. k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto, tendo em suma referido que, estava a ser feito um grande esforço para se manter os apoios a todas as Freguesias, recordando que em 2014 tinha sido aumentado esse apoio em 25% às transferências às juntas de freguesias e que tem sido feito muito esforço para manter esse apoio a todas elas, sendo o valor o mesmo para todas elas em relação aos anos transatos.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NAS JUNTAS DE FREGUESIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO PCP, DO CDS-PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT E DO GRUPO POLITICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque entendemos que, embora sendo positivo o aumento de verbas transferido às Juntas de Freguesia, entendemos que devia ser reforçado e ser muito maior do que aquilo que efetivamente foi. E a Câmara de Esposende tem aqui ao lado a Câmara de Barcelos, em que o valor das transferências para as juntas de freguesias é substancialmente superior aquele que a Câmara de Esposende faz. E julgo que, se estamos sempre a reclamar quando queremos competências e verbas para os municípios e depois nós, aqui dentro, nas nossas freguesias, temos uma posição absolutamente centralista, ou muito centralista, não delegando nas freguesias e não lhes dando os meios financeiros necessários para esta descentralização efetiva.*

Julgamos que uma maior transferência para as juntas de freguesias, permitia às freguesias resolver grande parte dos problemas da população, de uma forma mais próxima e muito mais profícua e eficaz.

Portanto, eu entendo que a Câmara Municipal, no futuro deve reforçar a transferência de verbas às juntas de freguesias do concelho de Esposende, até como prova de confiança e maturidade destas freguesias no contexto municipal. O menosprezar ou minorizar as freguesias, é falta de confiança nestas freguesias, em quem as gere, e discordamos dessa posição da Câmara Municipal.-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Não vamos votar contra porque entendemos positiva a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia tal como entendemos positiva a transferência de dinheiro para as Juntas. Aliás, quanto mais dinheiro for transferido para as Juntas de Freguesia, melhor. Mas não podemos deixar de concordar com as dívidas e considerações feitas pelo Vereador João Cepa aquando da reunião da Câmara realizada no passado dia 15 de Fevereiro.*

Assim, abstemo-nos quanto esta proposta, pelos motivos expostos pelo vereador João Cepa que, por brevidade, damos por integralmente reproduzidos para efeitos da nossa declaração de voto.-----

Pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Eu voto a favor do Senhor Presidente já conhece a minha posição, no entanto eu acho que neste caso, a minha união de freguesias está a ser prejudicada. Está a ser prejudicada pelo seguinte, eu compreendo o critério que nos transfere algumas verbas relacionadas com os metros lineares que temos para limpeza, portanto há aí uma parte que vem por esses valores. Depois o Município, entendeu que o restante valor que a Câmara estava disponível para transferir, tivesse indexado aquilo que são as proporções que cada freguesia tem no FEF e eu volto a reiterar que o FEF é uma compensação que as freguesias têm, mas é uma compensação muito cega, porque o FEF não sabe quantos wc's públicos eu tenho para gerir, quantos wc's públicos eu tenho para limpar, quantos milhares de pessoas tenho no verão em Fão, quantos Pachás e Bib' Ofirs tenho, quantos baldes do lixo me partem por semana. Ou seja, há aqui um critério do FEF que é cego e a Câmara valeu-se desse critério para fazer a restante transferência. Eu, Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão sinto-me prejudicado, não vou aqui dizer que há outros colegas meus que estão beneficiados, mas na realidade se alguém está prejudicado, alguém estará beneficiado, portanto de uma forma ou de outra há aqui uma contrapartida negativa para a União de Freguesias de Apúlia e Fão.*

Para eu não ser prejudicado nem os meus colegas, vamos ao encontro daquilo que o Dr. Tito disse, aqui ao lado Barcelos transfere para as freguesias, 200% do FEF.

Portanto, eu não estaria aqui neste momento a reclamar mais nove ou dez mil euros que é o prejuízo que neste momento vejo, mas estaria bem contente se tivesse mais duzentos mil euros, além dos cem mil do FEF. Muito obrigado.-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente porque considero positiva a delegação de competências, bem assim a transferência de verbas, contudo entendo que os montantes a transferir para as freguesias poderiam ter sofrido um aumento positivo.”*-----

02.12 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM – SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA (6ª ALTERAÇÃO), NOS TERMOS DO ARTIGO 22º-A DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal de Alteração dos Estatutos da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda (6ª Alteração), nos termos do artigo 22º-A da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“O que se pretende aqui é dar legitimidade à Esposende Ambiente para cobrar coercivamente tarifas de recolha de resíduos sólidos urbanos, quando não presta este serviço e não tem relação contratual com a empresa que o presta, é isto?”-----

O Senhor Presidente esclareceu, nos seguintes termos:

“Não é que não exista relação contratual, a Esposende Ambiente faz esta cobrança, para o Município.

Dou-lhe um exemplo muito similar, na sua fatura de energia, paga a taxa de audiovisual e no entanto quem lhe vem exigir o pagamento da fatura da energia é a EDP, não é a RTP ou o Estado, certo? Acho que estamos explicados.”-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM – SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA (6ª ALTERAÇÃO), TENDO SIDO ADITADA A ALÍNEA D) AO Nº 1 DO ARTIGO 9º, COM A SEGUINTE REDAÇÃO: “D) PELOS PRESENTES ESTATUTOS, A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DELEGA NA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM OS PODERES DE COBRANÇA COERCIVA, ATRAVÉS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, DAS DÍVIDAS REFERENTES A FORNECIMENTO DE ÁGUA, DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, DOMÉSTICAS E INDUSTRIAIS, RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, E OUTROS SERVIÇOS ASSOCIADOS QUE SE INTEGREM NO OBJETO SOCIAL DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM E QUE POSSAM SER COBRADAS ATRAVÉS DAQUELE PROCESSO, INVESTINDO-A, E AO PESSOAL DO SEU SERVIÇO, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 27º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DOS PODERES DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PREVISTOS NA LEI GERAL TRIBUTÁRIA E NO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO, NOS TERMOS

LEGAIS, COM POSSIBILIDADE DE SUBDELEGAÇÃO EM UM DOS SEUS MEMBROS; MAIS DELIBEROU REVOGAR O ARTIGO 32º, RESPEITANTE À NORMA TRANSITÓRIA, DOS REFERIDOS ESTATUTOS”, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO PCP, DO CDS-PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT.-----

Os Secretários da Mesa não participaram na discussão e votação do assunto, por se encontrarem legalmente impedidos.-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “*Abstemo-nos por termos sérias e fundadas dúvidas sobre a legitimidade legal da empresa Esposende Ambiente, para cobrar coercivamente dívidas relativas ao pagamento de tarifas de recolha de resíduos sólidos urbanos, quando não presta esse serviço e não tem qualquer relação contratual com a empresa contratada pela Câmara Municipal para esse efeito.*”-----

02.13 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal retifique a deliberação de designação do Fiscal Único da EAmb - Esposende Ambiente, EM, exarada no ponto 02.28 da ata nº 06/AM/2017, de 2017/12/18, de molde a adequá-la às exigências de forma para efeito de registo do ato na Conservatória do Registo Comercial de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, PARA O QUADRIÉNIO 2017-2021, A SOCIEDADE JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, S.R.O.C., NIPC 503 951 943, INSCRITA NA LISTA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS COM O Nº 148 E NO REGISTO DA CMVM COM O Nº 20161459, REPRESENTADA POR MARIA MANUELA ALVES MALHEIRO, R.O.C. Nº 916, E PARA FISCAL ÚNICO SUPLENTE O SENHOR MÁRIO DA CUNHA GUIMARÃES, NIF 202 763 269, R.O.C. Nº 1159.-----

Os Secretários da Mesa não participaram na discussão e votação do assunto, por se encontrarem legalmente impedidos.-----

02.14 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 15 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal retifique a deliberação de designação do Fiscal Único da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, exarada no ponto 02.33 da ata nº 06/AM/2017, de 2017/12/18, de molde a adequá-la às exigências de forma para efeito de registo do ato na Conservatória do Registo Comercial de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, PARA O QUADRIÊNIO 2017-2021, A SOCIEDADE RSM & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA, NIPC 501 612 181, INSCRITA NA LISTA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS COM O Nº 21 E NO REGISTO DE AUDITORES DA CMVM COM O Nº 20161380, REPRESENTADA POR CARLOS DE JESUS PINTO DE CARVALHO, R.O.C. Nº 622, E PARA FISCAL ÚNICO SUPLENTE O SENHOR JOAQUIM PATRÍCIO DA SILVA, NIF 113 153 074, R.O.C. Nº 320.-----

02.15 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS, NOS TERMOS DA AL. O) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal para Alteração ao Mapa de Pessoal – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, nos seguintes termos:

“Congratulo-me por ter sido um Governo Socialista a permitir que se regularizem estas situações, ou trapalhadas. Já agora pergunto, quantas trapalhadas há na sua Câmara para resolver? Quantos precários há?”-----

O Senhor Presidente esclareceu, tendo referido em suma que, não se tratavam de trapalhadas, mas sim de situações que careciam ser resolvidas, e que estariam a falar de um universo de cerca de 27 precários nessa situação, que podiam integrar.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES,

APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM APROVAR A ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.16 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A RENOVAÇÃO POR UM PERÍODO DE 5 ANOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA, NOS TERMOS DA AL. P) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.--

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de fevereiro de 2018, foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal para Renovação por um período de 5 anos do Contrato de Concessão dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a Destino Final, Distribuição, Manutenção e Substituição de Contentores e Limpeza Urbana, nos termos da alínea p) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“Eu, não obstante essas explicações que o Senhor Presidente deu, digo-lhe já que nós vamos votar contra e vou-lhe dizer já porquê, eu vou-lhe ler só uma notícia que saiu no JN, há cerca de duas semanas que diz assim: “Os Aveirenses vão passar a pagar menos pela recolha e transporte do lixo, prometeu ontem o Presidente da Câmara Ribau Esteves, na sequência da adjudicação do serviço a uma nova empresa. O concurso público ditou que será a Veolia a tratar dos resíduos domésticos, substituindo a Suma que ficou em quarto lugar, mas que avançou com uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo, por considerar ter direito à renovação do contrato. Ribau revelou que o novo acordo com a Veolia que carece de aprovação do Tribunal de Contas, é válido por oito anos e custará à Câmara 11,1 milhões de euros. O autarca adiantou que este valor representa uma diminuição de 30% relativamente ao preço atual, prometendo que essa redução se irá refletir numa diminuição da tarifa que os Aveirenses pagam mensalmente e que está incluída na fatura da água.”

Perante isto, diga-me como é que nós poderemos votar a favor esta proposta?

A Câmara Municipal teve cinco anos, tanto quanto sei para tratar deste assunto, foi prorrogado salvo erro, em 2013 este contrato, teve cinco anos para tratar deste assunto e vem passados cinco anos, quase no limite, dizer que vamos prorrogar porque isto é ótimo.

Quando existem dezenas, basta ir ao Google fazer uma pesquisa e procurar lá por empresas de recolha de lixo e aparece uma lista delas.

Como é que é possível que não tenha sido tratado durante cinco anos esta matéria?

Como é que é possível que não tenha sido aberto concurso público para esta questão?

Como é que é possível?

Isto foi tratado em cima dos joelhos, desculpe a expressão mas é isso que parece, do ponto de vista financeiro esta proposta não está minimamente sustentada, porque aquilo que aqui está é

apenas uma carta de intenções e nada mais e eu aposto, digo-lhe já, e eu na qualidade de munícipe digo-lhe que prefiro pagar menos na minha fatura do que ter isto que não é nada! Mas isso é a minha opinião.

Portanto é por causa disso que nós desde já votamos contra.

Agora, o que nós podemos propor é o seguinte, se a Câmara Municipal rever esta proposta e disser, nós vamos fazer aqui uma prorrogação apenas por dois anos e vamos abrir um concurso público para tratar disto, sim senhora eu voto a favor, de outra forma não.”-----

O Senhor Presidente esclareceu, nos seguintes termos:

“Eu só posso pronunciar-me em relação ao caso de Aveiro, quando eu conhecer verdadeiramente a dimensão de Aveiro, qual era o contrato que a SUMA tinha com eles comparado com o que tem com Esposende, porque podemos estar aqui a falar de realidades completamente diferentes. O facto de ter ficado em quarto lugar não quer dizer que a proposta até não pudesse ser economicamente mais favorável, porque os critérios não são só o preço como deve imaginar e sabe muito bem disso.

Portanto, só podemos falar com conhecimento de causa e dos processos em questão.

Também lhe posso dizer que muitas autarquias avançaram com essa atitude de irem para um concurso, e muito bem, e neste momento estão ansiosos por fazer uma rescisão do contrato porque eles não fazem metade daquilo que se tinham comprometido inicialmente e é em municípios aqui muito próximos.

São questões muito próprias do foro interno dessas autarquias e eticamente não me fica bem, estar a dizê-lo, mas posso-lhe dizer que é aqui em municípios antes de chegarmos ao Porto que fizeram esse exercício e não sei se é com a mesma empresa ou não, mas vou tentar saber para ver se é a mesma empresa que ganhou em Aveiro.

Portanto, sem prejuízo, atenção eu não vou dizer que o concurso público possa ser prejudicial, não estou a dizer isso, estou a dizer que nós temos uma relação contratual com a SUMA há muitos anos, temos trabalhadores que estão ligados a essa empresa que são cá do nosso Município, temos um serviço que nos satisfaz de todo, até hoje e com uma colaboração muito próxima com essa mesma empresa.

Havia possibilidade legal da prorrogação do contrato, optamos por fazê-lo na certeza que, dentro de quatro anos, ou três anos e meio teremos que iniciar um procedimento para concurso público porventura internacional, atendendo aos valores em questão.

Neste momento, não entendo, não vejo isso como uma situação, aliás, não sei e também gostava de saber quanto é que se paga por este serviço em Aveiro, em relação ao que se paga em Esposende, também será interessante perceber quanto é que se está lá a pagar e aqui, porque dizer que vai baixar se calhar estão a pagar muito mais do que nós pagamos aqui. Ele diz que o contrato é 30% mais favorável, mas não disse que ia baixar 30% às pessoas, ou disse? Isso não está dito.”-----

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, nos seguintes termos:

“Esta questão de fazer novo concurso tinha sentido, mas eu até admito que não houvesse nenhum concurso porque o que está, até podia ser o mais favorável para o Município. O que eu acho que devia haver e devia ter sido feito, era uma consulta particular, escolher meia dúzia de empresas e recolher preços para os mesmos serviços da SUMA e se visse que havia

diferenças de valores significativos, avançavam com o concurso público, se visse que não valia a pena prorrogávamos o contrato que temos.

Acho que isso era a lógica da boa gestão e a lógica da transparência.

O que me surpreende é que o Senhor Presidente da Câmara tenha aceite prorrogar o contrato por cinco anos, nestas condições, com mais estes serviços, não sabendo se outros da concorrência, com garantias credíveis faziam serviços idênticos e por um valor inferior.

Isso é que na minha opinião o Senhor Presidente devia ter feito.

Se não lhe dessem um valor melhor, então ela por ela, mantinha-se a que estava, acho que era mais sensato fazer assim.”-----

O Senhor Presidente esclareceu, nos seguintes termos:

“Nós valorizamos a prestação do serviço e, repare diretamente, nós conseguimos melhorar. Estão aí quatrocentos e cinquenta mil euros de investimento. Ou seja, se nós estávamos a pagar um determinado valor por um serviço e conseguimos pelo mesmo valor melhorar esse contrato, sem entrar em toda essa temática do concurso público, em quatrocentos e cinquenta mil euros esse contrato, não me pareceu um mau negócio para o Município de Esposende. Tem a ver com o investimento que vai ser feito, o que aqui está é para cumprir.”-----

De seguida usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, nos seguintes termos:

“Eu ia perguntar, mas entretanto o Dr. Tito antecipou parte da minha questão, nomeadamente ia perguntar se tinha sido feita alguma consulta para avaliar a competitividade da proposta que a SUMA veio a apresentar, já percebi que não, a minha questão passa a ser esta:

- Qual era o nível de satisfação da Câmara para com os serviços que eram prestados, e se, a Câmara perante a proposta da SUMA do que se propunha fazer, ficou muito contente e achou que quatrocentos e cinquenta mil euros, era muito bom e já nem tentou baixar o preço. Esta era a minha questão.

Uma redução de preço nunca esteve em cima da mesa, nunca foi considerada?”-----

O Senhor Presidente esclareceu, nos seguintes termos:

“Senhora deputada dizer que, isto era uma negociação com cerca de um ano, há várias tramitações entre nós, para tentar de alguma forma melhorar as condições que eram apresentadas inicialmente, porque inicialmente eles não queriam era dar nada, queriam que a gente prorrogasse o contrato tal qual ele vinha de trás. Depois, porque tínhamos estas necessidades, fomos impondo um conjunto de condições até chegarmos a uma negociação, até fecharmos uma negociação, tão simples quanto isso. Mas não foi uma coisa imediata, não foi uma proposta que foi apresentada e nós aceitamos, era o que faltava. A questão não era reduzir o preço nós preferíamos claramente aumentar a qualidade da prestação de serviços, porque nós tínhamos muito mais coisas a exigir, para além do que tinha sido inicialmente contratualizado. O que está aqui, são serviços que não estavam no contrato inicial, nós estávamos satisfeitos, mas é evidente que sentimos principalmente na época balnear, a necessidade de reforçar a contratualização, é necessário reforçar os ciclos de passagem para limpar, para recolha, etc, não podíamos exigir mais, tínhamos que pagar por fora porque não estava no contrato. As condições são definidas aquando do contrato.

Não é a primeira vez que é feita a prorrogação deste contrato, não é nada de novo, já podia ter sido feito concurso público há uns anos a esta parte e não foi. Com outros protagonistas, obviamente.-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A RENOVAÇÃO POR UM PERÍODO DE 5 ANOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 6 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO CDS-PP, JPNT E 1 ABSTENÇÃO DO MEMBRO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque entendemos que não tendo sido feito um concurso público, devia ter sido feito pelo menos, uma consulta de mercado para saber se, não teria sido mais vantajoso ter lançado um novo concurso e não, prorrogar o contrato existente com a SUMA. Julgamos que a explicação que nos foi dada, não é convincente e que seria mais vantajoso para o Município ou, um novo concurso, ou então uma demonstração de que este contrato era a melhor solução, do ponto de vista financeiro e técnico, para o Município.*-----”

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porque concluímos que esta matéria não foi tratada com o cuidado que se impunha. Votamos contra porque esta proposta não está minimamente sustentada sob o ponto de vista financeiro. Votamos contra porque esta proposta contende directamente e de uma forma ostensiva com os interesses dos munícipes, que podiam ver reduzido consideravelmente a valor da factura a pagar, caso a Câmara Municipal tivesse tido o cuidado de abrir concurso público para o contrato de concessão dos serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólido, como era seu dever.*-----”

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra por ter sido aqui esclarecido que não foi efetuada nenhuma consulta ao mercado para auscultação deste tipo de serviços, por não ter sido avaliada a competitividade da proposta que a SUMA vem apresentar, não fica pois dessa forma esclarecido, se o Município poderia ter aqui reduzido o valor da fatura que teria a pagar pela prestação destes serviços. O contrato poderia ser prorrogado, desde que me demonstrassem que esta proposta era de facto, aquela que era benéfica para os munícipes, atendendo ao grau de satisfação no fundo, relativamente aos serviços que eram prestados e que face à consulta de mercado, face à negociação que se fez, que as condições eram positivas e benéficas para o Município. Pois isso não fica demonstrado e não ficando demonstrado, ficam muitas dúvidas aliás, que o Município não pudesse ver aqui esta fatura reduzida e por isso, nessa medida, voto contra.”*-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Manuel Francisco Vasco Gaifém que em síntese disse:

“Quereria cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Agostinho Silva, Os membros da Mesa, Dr.ª Jaqueline Areias e o Dr. Paulo Marques, Cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara Benjamim Pereira e os respetivos Vereadores, Cumprimentar os Senhores Deputados Municipais, Os Senhores Presidentes de Junta, Os serviços aqui presentes, também muito importantes e O público no geral,

Devido ao adiantar da hora e eu pensei que não ia ser convidado a falar, queria falar mas não daqui, é a primeira vez que aqui me encontro e portanto vou tentar ser breve, mas gostaria também que o Senhor Presidente desse alguma tolerância, porque se eu estou aqui, represento o município de Esposende e quero exercer a cidadania e portanto, acho que também devo ter a mesma benevolência que esta Assembleia teve em muitas áreas.

Como tem aí nesse meu pedido de intervenção, queria falar de informação municipal e queria falar também de uma área que tem a ver com rede viária e mobilidade.

Tenho aqui o jornal que é o Boletim de Esposende, que é propriedade da Câmara Municipal de Esposende e o diretor é o Senhor Presidente da Câmara o Sr. Benjamim Pereira, e a questão prende-se com o seguinte, eu acho que este jornal se tivesse preço de capa, naturalmente que ao fim de um mês ou dois, pouca gente o compraria, mesmo gratuitamente como foi dito aqui, ele aparece aí aos molhos em certos sítios, ou a distribuição é mal feita, ou as pessoas não leem. Eu particularmente tenho o cuidado de o ler e de estar atento e, sobre uma questão que não tem sido aqui falada, mas que eu vou falar sobre uma informação que aqui consta, eu acho que o rigor dessa informação é muito importante. Eu não sou advogado de defesa, nem sou advogado, advogada é a Dr.ª Tânia Mota, mas foi-lhe dito aqui, quando ela interpelou o Senhor Presidente sobre a questão da aquisição da Estação Radionaval de Apúlia ser parcial ou ser total e sobre a barra de Esposende. Sobre a barra de Esposende, o Senhor Presidente da Câmara diz que não tem nada a ver com a barra de Esposende, ou seja, eu não acredito que, um Presidente de Câmara não tenha uma intervenção e que não atue pelo menos com um parecer sobre a barra de Esposende. Mas, como aquilo correu mal, de facto, não tem nada a ver.

Com a Estação Radionaval, comprou 35%, portanto tanto quanto eu sei, adquiriu a Câmara e portanto, foi uma aquisição total, portanto o rigor da informação é muito importante num jornal, porque qualquer diretor de um jornal com uma informação destas fica mal.

O segundo ponto tem a ver com este jornal que eu tenho aqui, que é de fevereiro de 2018 e tem aqui uma informação, isto é na minha opinião pelo menos, é pouco sério, no sentido informativo entenda-se, que é: “a obra na Rua Serpa Pinto está a terminar, assim como a Rua das Pedreiras.”

Na Rua Serpa Pinto, eu moro na Rua Serpa Pinto e a obra estamos a falar do saneamento, que

está a ser feito, em 50%, não é na Rua Serpa Pinto, portanto o rigor da informação é dizer: "numa parte da Rua Serpa Pinto, a obra de saneamento está a ser terminada." Porque eu moro na Rua Serpa Pinto e não tenho saneamento sequer à porta.

Portanto, eu chamo atenção para o rigor da informação.

Mas eu vou-me reportar a junho de 2016 deste boletim informativo e vou falar do Canal Intercetor, que é um canal que tem quatro quilómetros e meio, ou que vai ter, e que tem também 4,5 milhões de investimento, aliás 4,5 milhões ou é um valor que é imputado a cada obra, ou a um conjunto de obras, é um valor que circula muito neste jornal, e sobre esta matéria a Câmara diz o seguinte, (estamos a falar em junho de 2016): "Câmara sensibiliza proprietários dos terrenos onde está prevista a passagem do canal, documentarem-se para o processo negocial, cerca de cem proprietários. Investimento de quatro milhões e meio. Deve iniciar-se esta obra em maio do próximo ano."

Portanto 16, maio do próximo ano é 2017.

Em outubro de 2016, informa-me o jornal, porque eu leio o jornal: "O Município de Esposende desenvolve esforços no sentido de contactar todos os proprietários das parcelas necessárias à execução da obra, tendo até ao momento efetuado quinze acordos com os proprietários", em outubro.

Em novembro, vou ser breve porque toda a gente quer ir descansar: "avança com os acordos para a construção do canal de proteção de cheias, a Câmara Municipal de Esposende já elaborou acordo com setenta proprietários, correspondente a mais de cem parcelas".

Janeiro de 2017: "acordo com cento e quinze proprietários para a construção do canal. Numa extensão de quatro quilómetros e meio e num investimento a rondar os tais quatro milhões e meio, a obra aguarda financiamento comunitário, através do POSEUR, (que é um programa que cobre estas situações), e deve iniciar-se em maio de 2017, sendo o prazo de execução seis meses depois."

Em março de 2017: "Aprovado o Canal Intercetor", em abril desse mesmo ano: " O Canal Intercetor de cheias é apresentado."

Esta é a situação.

Como nós sabemos, eu por acaso tenho uma opinião sobre este canal, acho que, até porque não chove, bastava limpar as linhas de água e este canal, acho que é um investimento, enfim digamos que é "a cereja no topo do bolo" e o Senhor Presidente da Câmara tem todo o direito de o defender, eu também acho que tenho o direito de achar que ele não é necessário, neste momento, há outras obras prioritárias aqui para o concelho.

Sobre este canal vou só reportar-me aqui a um estudo, em março de 2017, houve um parecer do Instituto do IP que é Infraestruturas de Portugal sobre a tal ponte, entre Fão e Apúlia, a ponte de Fão e a Câmara desenvolveu um estudo, está aqui escrito que desenvolveu um estudo. Agora em fevereiro de 2018, esse estudo foi reprovado e portanto queria saber desse estudo o que é que deu, quanto se gastou nesse estudo, porque a Câmara deliberou fazer um estudo e agora como isso foi reprovado pelas Infraestruturas de Portugal, que é IP, as Infraestruturas de Portugal deu parecer negativo a esta pretensão e aparece aqui uma nova ponte, que pronto, para já vamos ver o que é que vai acontecer, mas é só isso.

Só para terminar mesmo, Senhor Presidente e eu vou passar à frente porque de facto não tenho tempo para estas coisas, mas peço a paciência de todos vocês, mas queria falar também do seguinte, tem a ver com a esplanada que é uma questão recorrente, mas a esplanada de Ofir, eu sei que agora e o Senhor Presidente da Câmara, Benjamim Pereira faz tudo para a tirar dali e tenho a certeza que a quer mesmo retirar dali, agora eu ponho a questão que é a

seguinte, quando ela começou a ser construída, aquilo não foi de um dia para o outro, tantos fiscais na Câmara porque é que deixaram evoluir aquela esplanada naquele sítio?

Aí é que está a questão principal.

Depois a nacional 13, já foi qui falado sobre aquele cruzamento que é uma interceção junto à farmácia, que é uma obra que tem o valor de cerca de trinta mil euros e Fão carece daquela obra e de facto ela não é feita. A nacional 13, dito pelo Senhor Presidente da Câmara, diz que ela devia assumir-se como uma via urbana, mas ela por si só, não faz nada, temos que ser nós a intervir.

As obras da Bonança como é que estão?

Só para terminar, o Senhor defendeu em mobilidade a linha férrea entre a Póvoa de Varzim e Viana do Castelo e disse no seu programa eleitoral agora, deste ano e também já em 2009 que o senhor foi Vice-Presidente da Câmara, também o defendeu. Na altura dizia que ia reivindicar junto do Governo a construção da linha férrea passando com ligação a Esposende e em 2009 prometeu reivindicar eu gostaria de saber o que é que tem sido feito e se efetivamente isto é uma obra a ser feita, ou se não passa de programa eleitoral.

Boa noite e desculpem a maçada."-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. José Cardoso, que em síntese disse:

"Boa noite, cumprimentos,

Não sei se vocês querem aproximar a população cá à Assembleia, ou se a querem afastar, eu não sei qual é a solução, mas afastá-la estão a afastar.

Duas e meia da manhã, não é para quem trabalha!

O que eu queria dizer, vou ser muito mais rápido do que o outro senhor, o Senhor Presidente da Junta de Fão, falou há um bocadinho nas casas de banho públicas e eu vou pedir uma coisa, na zona de Ofir e eu sou o maior interessado para que se abra as casas de banho públicas na zona de Ofir, ainda por exemplo este domingo estiveram lá, mais de quinhentas pessoas, de quem era a casa de banho de serviço?

A minha!

A casa maior que lá está, a minha casa é que serviu de casa de banho.

Porque as casas de banho públicas estão fechadas.

Aquilo não vai só gente lá no verão, também vai gente de inverno, principalmente ao fim-de-semana, por favor abram as casas de banho públicas, porque eu pago muito dinheiro de água, muito dinheiro de papel e pago muito dinheiro para me irem desentupir as casas de banho.

Eu acho que até devia receber um subsídio, é verdade.

Outra coisa, eu acho que já é fastidioso o que eu vou falar acerca daquilo, aquilo não é uma esplanada é uma casa, mas eu pedi ao anterior vereador, há já três anos, para eu fazer uma estrutura igual.

Porquê? Direitos e deveres iguais. Tenho os mesmos deveres, mas tenho que ter os mesmos direitos.

Eu não queria que a senhora deitasse aquilo abaixo, como estava na ocasião, eu queria fazer uma estrutura igual. Eu até devia fazer oito ou nove vezes maior, porque tenho uma permilagem oito ou nove vezes maior do que a senhora.

Mas isso eu já não tinha espaço lá, mas vou fazer, este ano eu vou fazer.

Vou fazer, depois se a Câmara me quiser meter aquilo abaixo eu meto uma providência cautelar logo na hora. Porque a Câmara, Senhor Presidente isto aqui é verdade, vocês tiveram três anos, desde 2014 até 2017 sem nada fazer. Depois, tentaram colocar aquilo no chão. Ela perdeu a providência cautelar, eu recebi em 31 de outubro a resolução do Tribunal. A Câmara em lugar de mandar aquilo abaixo não, esperou que a senhora um mês e meio depois fizesse outra providência cautelar, porquê?

Interessa isso?

Mas eu sei que esta providência cautelar não tem efeito suspensivo, a Câmara só não meteu aquilo abaixo porque não quis e não quer. Porque tem medo de pagar uma pequena indemnização ao senhor e ela diz e muito bem que aquilo nunca mais vai abaixo e tanto não vai abaixo que ela está todos os dias a fazer obras lá.

Agora já envidraçou aquilo tudo e diz assim, estou legal, mas eu não tenho nada contra a senhora, eu tenho contra a Câmara, porque não me deixa trabalhar de igual modo.

Eu tenho os mesmos direitos e os mesmos deveres da senhora e isto não vai ficar assim!

Não vai porque já está há muito tempo, eu tenho um cunhado, que fechou a casa, porque a senhora está-lhe a meter sombra, ele não tem direito a esplanada, não é a minha.

A minha, eu tenho, porque se fosse comigo onde é que isso já ia. Eu sou muito mais violento que ele.

Portanto, eu vou fazer uma estrutura igual, ou maior um bocadinho porque durante o dia vai ser para eu ter lá um serviço comercial e à noite vai ser para eu alojar os meus funcionários, porque eu pago alojamento de seis ou sete funcionários no verão e então, vou fazer alojamento para eles. Assim, eles dormem lá durante a noite e de dia aquilo abre, porque se o Senhor Presidente quiser lá ir à estrutura da senhora agora, não vai. Não entra, porque aquilo está fechado. Aquilo é público, ou não é? Se é público então podemos passar lá como passam na minha esplanada, se é privado, então é dela.

Mas, há um espaço público em frente ao Hotel Ofir, na bomba de gasolina, que eu estou farto de falar nisto aqui, que está ocupado por uma estrutura que já foi uma esplanada, aquilo está uma desgraça, eu sei que havia um desgraçado que metia ali o automóvel, antes de aquela estrutura estar lá e era sempre multado e agora está lá uma estrutura fixa e ninguém a remove. Essa está ali, para aí há seis ou sete anos, ou mais. Por favor! Era só.”-----

Seguidamente pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra à terceira inscrita, Sr.^a Luisa Silva Torre, que em síntese disse:

“Boa noite a todos,

Eu não contava participar nesta parte, visto ela ser tardia, portanto, concordo com o senhor José Cardoso, que acaba por afastar, mas em parte também culpabilizo alguns deputados que acham que o público não deve ter direito a falar.

Vou falar aqui da esplanada que também era um dos pontos que tinha aqui para falar, efetivamente eu sou Fangureira e tenho todo o gosto que a esplanada vá abaixo, acho que realmente os direitos são iguais para todos, mas, falaram aqui da esplanada, um deputado falou aqui da esplanada e o mesmo é advogado, portanto sabe o que são providências cautelares.

Eu sei que a Câmara quer que a esplanada vá abaixo e sei que tem lutado bastante para isso. Sei que tem em planos direcionar para lá, para a Praça de Ofir em Fão, festas que se realizam

aqui em Esposende para isso precisam da amplitude do espaço e tem todo o interesse em que aquilo seja uniforme. Eu como Figueira também tenho, porque gosto de chegar ao espaço e ver a amplitude do mar e não ver um mausoléu.

Em relação às casas de banho públicas também concordo com o senhor José Cardoso, não sei de quem é a responsabilidade das casas de banho públicas, gostava que o Senhor Presidente da Câmara me elucidasse sobre essa questão, porque há aí muito jogo de empurra, uns dizem que é da Câmara, outros dizem que é da Junta e outros dizem que é da Polis e andamos nisto há anos e temos umas excelentes casas de banho em Fão que poderiam estar abertas. Se pagam a uma pessoa para limpar as do cemitério, se pagam para limpar as do Bom Jesus, também se podia estender às da praia.

Relativamente à Lei 75/2013 gostaria de saber se existe algum protocolo realizado entre a Câmara e a Junta de Freguesia, neste caso de Apúlia e Fão em que, assumam algumas responsabilidades que pertençam à Junta, nomeadamente a questão do vidro da paragem. Isso é da competência da Junta de Freguesia, abrigos de passageiros e o Senhor Presidente da Câmara disse que iria repor o vidro.

Parque de estacionamento em Ofir e Apúlia, sim, isso é do interesse essencialmente de quem lá reside, agora vir para aqui mandar bitaites é fácil, soluções é que não apresentam, gostava também que as apresentassem senhores deputados.

Relativamente à permuta da loja social, acho que isso ficou tão bem esclarecido, que eu efetivamente não consigo perceber como é que há deputados que conseguem ainda insistir nesse assunto. Eu sou uma mera civil e tenho conhecimento das vantagens da permuta que, irá ser feita da loja social.

Relativamente à parceria da ACICE e da formação, é uma excelente parceria, existem cursos para todos, laborais, desempregados, eu própria inscrevi-me em vários cursos, sou licenciada, tenho mestrado e inscrevo-me porque gosto de aprender e acho que é uma mais-valia. Efetivamente os cursos não dão seguimento, porque não há inscrições, portanto as pessoas também não estão interessadas em inscrever-se, depois queixam-se, não pode ser.

Ar condicionado, infelizmente eu não tenho em casa!

Nas escolas? Era bom, mas depois olhe, as gripes também aparecem.

Senhor Presidente, falaram em ecovia Fão-Fonte Boa, só queria que me esclarecesse, Fão-Fonte Boa faz parte da ecovia, ou faz parte da segunda fase da marginal do rio, já começada na altura do mandato do José Artur com o João Cepa?

Gostava que me desse esse esclarecimento porque falaram da ecovia Fão-Fonte Boa e eu tenho para comigo a ideia que, aquilo é a segunda fase do projeto da marginal, antes de se falarem aqui em ecovias.

É de lamentar, não sabia que isto era tão partidário, falam tanto dos partidos, gostaria de lamentar aqui que o PS tenha pedido para retirar a aprovação da Radionaval,

Relativamente ao Centro Escolar que também falaram aqui, sei que também é do interesse das pessoas de Apúlia, não haver esse Centro Escolar e isto foi falado com professores e portanto, estão mais interessados na reabilitação da escola do Facho.

Queria só aqui rematar, relativamente à questão da SUMA, portanto estávamos a falar das taxas, a deputada leu um artigo no JN sobre Aveiro, feito enquanto se espera, feitas umas contas aproximadamente os valores que foram apresentados, cada pessoa paga por ano em Aveiro, uma taxa de 17,52, estamos a falar em valores aproximados e em Esposende paga 2,45 por pessoa, são valores aproximados, portanto é uma taxa de 7,15 superior à nossa.

Muito obrigada!"

Terminadas as intervenções do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo prestado esclarecimentos, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, vou tentar ser breve, as perguntas acabam por não ser muitas, são mais considerações. Em relação ao boletim, já falei sobre isso, sempre se falou da aquisição da Estação Radionaval de Apúlia, nunca esteve em causa se era uma área total, se era uma parte da área, portanto era a Estação Radionaval de Apúlia, não tem a ver com nenhuma falta de rigor até porque, se for a ver o corpo da notícia está lá explicado quantos metros quadrados são e portanto o título não pode dizer tudo.

Quanto à questão da Rua Serpa Pinto, exatamente a mesma coisa, é uma das fases da obra, é na Rua Serpa Pinto, não vou estar a dizer quantos metros são, senão daqui a pouco ia ter que dizer quantos metros era, qual a infraestrutura que estava a ser colocada, acho que é completamente redutor e não é com a intenção de sonegar alguma informação, é uma forma de dizer as coisas de forma mais simplificada, tão simples quanto isso.

Quanto ao Canal Intercetor, eu não percebi muito bem qual era a intenção do que acabou por dizer, porque no fundo, sempre foram quase cinco milhões de euros, andávamos à volta disso, o valor da adjudicação acaba por ser menos de quatro milhões e meio, mas é preciso contar com a aquisição dos terrenos, portanto estaremos sempre a falar de, entre 4,5 a 5 milhões de euros, sempre foi a verdade.

É verdade que, ao longo deste processo todo, fomos fazendo acordos e portanto, cada vez íamos noticiando, à medida que eles iam sendo feitos, começou por 10, por 20, por 30, neste momento temos 153 acordos feitos, é a realidade e estamos à espera da Declaração de Utilidade Pública para os restantes, para podermos avançar com a empreitada e é só por isso que ela ainda não começou. Ou seja, quase semana a semana vamos fazendo um ou dois acordos, porque as pessoas vão concordando e vão cedendo a essa nossa pretensão.

Quanto à questão da ponte de Fão, não foi reprovado nada atenção, se calhar não foi bem explicado, nós temos uma verba para fazer um projeto, para um estudo prévio, para um projeto de execução. O que acontece é que a nossa intenção inicial, era fazer o projeto porque já estava previsto no plano de ação de mobilidade urbana sustentável, no PAMUS, é assim a sigla, para alargamento daquela ponte. Quando pedimos os pareceres prévios, era só para saber se havia viabilidade, se era possível, da parte da Direção Geral de Infraestruturas foi nos dito que si senhor, da parte das Infraestruturas de Portugal, atendendo à infraestrutura em causa, à fadiga do próprio material, do aço, não era possível introduzir mais carga, daí que, com a mesma verba, com a mesma adjudicação, porque ela já era de carácter mais genérico, se avançou imediatamente para um projeto de uma nova ponte, tão simples quanto isto. Se estava ali impossibilitado, avançava-se para uma nova ponte e é isso que está a ser feito e já tivemos reuniões com várias entidades, portanto não havia outra forma de evoluirmos neste processo sem testarmos a solução daquela ponte, porque era aquela que inicialmente nos interessava e que entendíamos como eventualmente, economicamente mais viável, mas não é possível, tem que haver outras possibilidades. Dizendo que isto é uma verba que se conseguiu através desse mesmo PAMUS de cerca de setenta mil euros.

Quanto à questão da mobilidade nós apenas defendemos essa hipótese da mobilidade, do prolongamento do metro do Porto até Esposende, nem tanto até Viana, isso depois é uma questão que não nos diz respeito, mas é apenas de carácter estratégico, atenção, nós temos

consciência que em termos concretos não é viável neste momento, nem o Estado tem dinheiro para isso, nem se justificará em termos daquilo que seria a utilização desse mesmo meio, ter um custo tão elevado para vir até Esposende, seria difícil justificar isso. Contudo, nós temos que, desde logo marcar posição, por tanto isto são coisas para daqui uns anos eventualmente com a evolução das populações, ou o aumento dos agregados, se tivermos mais gente aqui no nosso território, pode ser que um dia, a nossa posição já está lá. Há que plantar uma semente, mas nós temos consciência que isso é quase impossível neste momento.

Quanto às questões do senhor José Cardoso, eu já não sei mais o que lhe dizer em relação à esplanada, sabe bem o que é que eu penso em relação a isso e por mim já tinha tirado aquilo de lá tudo, não tem sido possível, vamos ver o que é que se consegue resolver agora, talvez com a ajuda do Dr. Tito, a gente consiga, o que me interessava era resolver esse problema de uma vez por todas.

Por acaso a Luísa falou aqui de forçar a remoção pela necessidade de direcionar para lá eventos e acredite que foi uma sugestão minha, no sentido de primeiro, de descentralizar e segundo, de convencer o Juiz de que nós precisamos mesmo daquele espaço. Portanto, é forçar aquela remoção dizendo: "nós temos um evento para aqui, tem que ser removido".

Isto é um assunto que já foi tantas vezes falado aqui, que eu já não tenho mais nada para lhe dizer em relação a isso, só lhe digo que temos todo o empenho, o Juiz a semana passada notificou-nos para entregarmos uma cópia de todo o processo, espero que ele simplesmente diga que não e que a gente possa avançar com a remoção.

Eu não sou jurista, mas tenho como assessores da Câmara os melhores juristas acredite, o Dr. Gomes Alves é uma pessoa conhecidíssima nesse âmbito, tem uma assessoria com a Câmara há mais de vinte anos, ou há trinta talvez, é uma pessoa altamente qualificada e eu tenho que seguir as orientações que ele me dá, não sou eu que digo que não quero, nem isso que passa pela cabeça com certeza.

Sendo certo que o homem não está condicionado por nada, infelizmente as coisas são o que são e acredite que eu não posso fazer nada.

Quanto às casas de banho públicas, é verdade que as casas de banho naquele caso concreto estão entregues a uma concessão e fora da concessão podem eventualmente ser abertas pela junta de freguesia, mas isso teremos que falar com o senhor presidente de junta e ver porque implica despesas naturalmente, mas é uma competência própria das juntas de freguesia, vamos ser claros, não é da Câmara, mas admito que as verbas não deem para tudo e haja essa limitação, de qualquer maneira isso é um ato de gestão normal, eu comprometo-me a saber exatamente como é que pode funcionar. Há uma concessão do dia 15 de junho até ao dia 15 de setembro, temos que ver no restante período se há direito do concessionário sobre aquele espaço ou se não há. Se houver as coisas são de uma forma, se não houver agiremos de outra forma, tão simples quanto isso. Isso é uma questão fácil de resolver, de esclarecer pelo menos.

De resto, da Luísa Torre, a questão da esplanada é verdade, toda a gente sabe o que é que nós pensamos em relação a isso.

Quanto à questão dos abrigos de passageiros, também é verdade que são uma competência própria das juntas de freguesia, mas isso, quase que nos transportava para a discussão que esteve na génese dos acordos que acabamos de assinar.

A lei foi mal construída, passou para as freguesias um conjunto de competências que eles não têm meios para as exercer.

E se não for a Câmara a dar algum dinheiro para ajudar nisso, é que não conseguem mesmo e eu admito que, quanto mais pequenas são as freguesias, mais difícil é de cumprir a lei das

competências, mas admito que também não seja fácil para o senhor presidente da junta cumprir esse desiderato ali, a verdade é mesmo esta, a lei está mal construída e leva a que, lá está quando o senhor presidente da junta dizia há bocado em relação ao FEF que não sabe quantas casas de banho tem cada freguesias, é verdade, pode haver uma freguesia que tenha cinco ou seis casas de banho públicas, que são da responsabilidade da junta de freguesia e outra que só tenha uma e são obrigados a ter um ou dois funcionários para gerir, ou cinco e na outra só obriga a uma, são coisas difíceis de aferir.

Em boa verdade no espírito da lei é verdade que a manutenção dos abrigos de passageiros é da responsabilidade das freguesias e também é verdade em relação às instalações sanitárias, mas nós todos temos consciência das dificuldades.

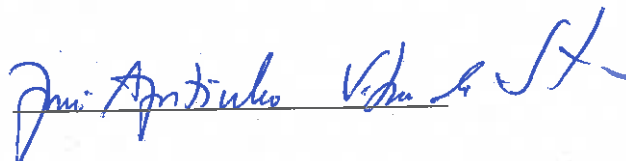
Ecovia, não eu não sei se o projeto inicial abarcava essa zona toda mas, o troço que está a ser feito pertence à ecovia do Cávado, portanto foi preparado o estudo prévio e a obra em si mesma, num projeto conjunto que vai desde Fão até Terras de Bouro, lá para cima, pelo rio Homem acima e isto é um dos troços, assim como depois haverá outro em Rio Tinto, a seguir mas que faz parte também não da marginal de Fão, mas de um projeto que veio agora no âmbito da ecovia do Cávado e portanto não foi de outra forma.

Senhor Presidente acho que esclareci.”-----

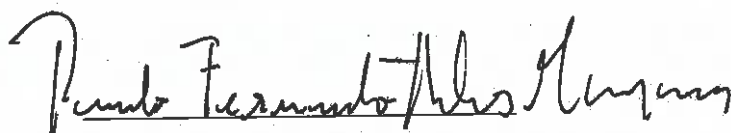
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 03 horas, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

